



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E
CONTABILIDADE - FEAAC
CENTRO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE TEORIA ECONÔMICA

LÍVIA MENDES CARNEIRO

O PAPEL DO ESTADO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO CHINÊS:
PROTECIONISMO E INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO

FORTALEZA

2020

LÍVIA MENDES CARNEIRO

O PAPEL DO ESTADO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO CHINÊS:
PROTECIONISMO E INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Programa de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria de Carvalho Fontenele.

FORTALEZA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- C289p Carneiro, Lívia Mendes.
O papel do Estado para o desenvolvimento econômico chinês: protecionismo e investimento estrangeiro direto / Lívia Mendes Carneiro. – 2020.
72 f. : il. color.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza, 2020.
Orientação: Prof. Dr. Ana Maria de Carvalho Fontenele .
1. Economia da China. 2. Protecionismo Estratégico. 3. Investimento Estrangeiro Direto. I. Título.
CDD 330
-

LÍVIA MENDES CARNEIRO

O PAPEL DO ESTADO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO CHINÊS:
PROTECIONISMO E INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO

Monografia apresentada ao Curso apresentada ao curso de graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Ana Maria Fontenele (Orientadora)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Carlos Américo Leite Moreira

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Jacqueline Franco Cavalcante

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Aos meus pais
Às minhas avós
A toda a minha família
Aos meus amigos

AGRADECIMENTOS

À minha família

Ao programa de Educação Tutorial - PET, pelo apoio financeiro com a manutenção da bolsa do programa ao longo da graduação.

À Profa. Dra. Ana Maria Fontenele pela excelente orientação.

Aos professores participantes da banca examinadora e pelo tempo disponibilizado, pelas valiosas colaborações e sugestões.

Aos colegas da turma da Graduação, pelas reflexões, críticas e sugestões recebidas.

“Crossing the river by feeling the stones.”
(Deng Xiaoping)

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso teve como objetivo central analisar o processo histórico de desenvolvimento da economia chinesa a partir das políticas de regulamentação e proteção aplicadas pelo Estado Chinês, desde a revolução comunista de 1949, assim como o de abordar o papel que exerce o Investimento Estrangeiro Direto na abertura econômica do país ao capital externo. Assim, para abordar sobre o protecionismo estratégico, desenvolvimento econômico e o comércio internacional utilizou-se como fundamentação teórica as análises de List (1983) a partir da perspectiva de Nascimento (2004) e Oliveira (2017), além de estudos de Pinheiro (1987) e Tavares (1981); para tratar sobre a internacionalização da produção apoiou-se nos estudos de Porter (2004) e Hitt (2011); e para abordar a economia chinesa fundamentou-se em Sukup (2010), Rodrick (2006), Moreira (2005) e Jabbour (2010). Além disso, foram importantes os dados estatísticos fornecidos pelo Banco Mundial e pelo *National Bureau of Statistic of China*. A metodologia do trabalho baseou-se na abordagem de natureza bibliográfica e documental. Assim, é inicialmente apresentado o embasamento teórico em relação às teses econômicas a respeito do comércio internacional e do protecionismo estratégico, com foco na discussão das teses protecionistas em relação às economias menos desenvolvidas do sistema capitalista, em seguida, passa-se para a discussão a respeito da internacionalização da produção em relação aos fluxos de investimento produtivo internacionais, discorrendo também sobre as estratégias e os modelos econômicos que analisam a internacionalização das firmas a partir da expansão do investimento produtivo. Por fim, o estudo apresenta uma análise da economia chinesa baseada no seu processo histórico. À vista disso, conclui-se que a economia da China, após a revolução de 1949 é centrada no planejamento e na experimentação, dirigida pelo Estado chinês, que estrutura suas metas em planos de curto e longo prazo, tendo o Investimento Estrangeiro Direto como uma forma de absorção de tecnologia, *know how*, aumento da produtividade das firmas nacionais, competitividade no mercado interno, ferramenta estratégica de *catching up* e entrada de cambiais de reservas com foco na administração cambial do Yuan.

Palavras-chave: Economia Chinesa. Protecionismo estratégico. Investimento Estrangeiro Direto.

ABSTRACT

The main objective of this course conclusion work was to analyze the historical process of development of the Chinese economy from the regulatory and protection policies applied by the Chinese State, since the communist revolution of 1949, as well as to address the role that the Foreign Direct Investment had in the country's economic opening to foreign capital. Thus, to address strategic protectionism, economic development and international trade, List (1983) analyzes from the perspective of Nascimento (2004) and Oliveira (2017), as well as studies by Pinheiro (1987) and Tavares (1981) were used as the theoretical basis; to deal with the internationalization of production, it was supported by studies of Porter (2004) and Hitt (2011); and to approach the Chinese economy it was based on Sukup (2010), Rodrick (2006), Moreira (2005) and Jabbour (2010). In addition, the statistical data provided by the World Bank and the National Bureau of Statistic of China were important. The methodology of the work was based on the bibliographic and documentary approach. Thus, it is initially presented the theoretical basis in relation to economic theses regarding international trade and strategic protectionism, with a focus on the discussion of protectionist theses in relation to the less developed economies of the capitalist system, then we move on to the discussion respect to the internationalization of production in relation to international productive investment flows, also discussing the strategies and economic models that analyze the internationalization of firms based on the expansion of productive investment. Finally, the study presents an analysis of the Chinese economy based on its historical process. In view of this, it is concluded that China's economy, after the 1949 revolution, is centered on planning and experimentation, directed by the Chinese State, which structures its goals in short and long term plans, with Foreign Direct Investment as a way of absorbing technology, 'know how', increasing the productivity of national firms, competitiveness in the domestic market, a strategic catching up tool and the entry of foreign exchange reserves with a focus on the Yuan's foreign exchange management.

Keywords: Chinese economy. Strategic protectionism. Foreign Direct Investment

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Entrada de IED de 1990 a 2018 (Milhões de \$)	36
Gráfico 2 – Saídas de IDE de 1990 a 2018 (Milhões de \$)	37
Gráfico 3 - Importações de Bens e Serviços como porcentagem do PIB da China de 1960 a 2019.....	50
Gráfico 4 - Crescimento do PIB Chinês (%) de 1960 a 2019	51
Gráfico 5 - Formação Bruta de Capital Fixo como porcentagem do PIB da China de 1960 a 2018.....	52
Gráfico 6 - Exportação de Bens e Serviços como Porcentagem do PIB da China entre 1960 a 2018.....	56
Gráfico 7 - Entrada líquida de IED como porcentagem do PIB de 1960 a 2019.....	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estratégias competitivas genéricas de Porter	39
Tabela 2 - Participação dos Setores da Economia no PIB da China do período de 1990 a 2007	54
Tabela 3 - Custo por hora trabalhada na manufatura em dólares (\$).....	60
Tabela 4 - Dados do fluxo e estoque de IED na China de 2017 a 2019	62
Tabela 5 - IED por país na China de 1990 a 2008	63
Tabela 6 - Emprego e lucro industrial FIE e não – FIE entre 2000 e 2012	64
Tabela 7 - Imposto industrial dos principais negócios FIE e não – FIE entre 200 e 2012	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
IED	Investimento Estrangeiro Direto
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC	Organização Mundial do Comércio
PCC	Partido Comunista da China
PIB	Produto Interno Bruto
UNTAC	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZEEs	Zonas Especiais de livre comércio

LISTA DE SÍMBOLOS

\$	Dólar Americano
%	Porcentagem
¥	Yuan

SUMÁRIO

<u>1</u>	<u>INTRODUÇÃO</u>	<u>15</u>
<u>2</u>	<u>TEORIAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL.....</u>	<u>20</u>
2.1	VANTAGENS COMPARATIVAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL.....	20
2.2	TEORIA DO PROTECIONISMO ESTRATÉGICO.....	24
2.2.1	PROTECIONISMO ESTRATÉGICO NA AMÉRICA LATINA E NO LESTE ASIÁTICO	29
<u>3</u>	<u>INTERNACIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO.....</u>	<u>34</u>
3.1	INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO (IED).....	34
3.1.1.	FLUXOS DE IED	35
3.1.2.	CONTROLE DE CAPITAIS	37
3.2	ESTRATÉGIAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO.....	38
<u>4</u>	<u>CONTEXTUALIZANDO A ECONOMIA CHINESA.....</u>	<u>44</u>
4.1	CHINA E O PROTECIONISMO ECONÔMICO.....	47
4.1.1	LEGISLAÇÃO E TARIFAS	54
4.2	ENTRADA DO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NA ECONOMIA CHINESA	57
<u>5</u>	<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</u>	<u>66</u>
<u>6</u>	<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	<u>68</u>
<u>7</u>	<u>APÊNDICES</u>	<u>74</u>
	APÊNDICE A - LISTA DOS PLANOS QUINQUENAIS NA CHINA.....	74
	APÊNDICE B – COMPENSAÇÃO TRABALHISTA ESTIMADA POR FUNCIONÁRIOS DE MANUFATURA NA CHINA.....	75

1 INTRODUÇÃO

O Império do Meio, com sua história de mais de 2.000 anos, mostra-se um desafio de análise no que tange à complexidade dos seus sistemas de governança e da sua imensa capacidade de ter desenvolvido uma massa crítica a partir de uma revolução comunista chinesa baseada no campesinato.

Sob a liderança de Mao Tsé Tung, após a revolução em 1949, o Estado chinês passou a estruturar um sistema estatal pautado em planos a partir de metas claras desenvolvimentistas, com foco na superação do “atraso” do país no que concerne à sua industrialização, estruturando uma economia do aprendizado e do planejamento de médio e longo prazo, em que

O processo político no qual os formuladores de políticas centrais incentivam as autoridades locais a experimentar novas maneiras de resolver problemas e, em seguida, realimentar as experiências locais na formulação da política nacional, tem sido uma característica difundida na transformação econômica da China. [...] a economia foi dirigida com base nos resultados de programas experimentais para superar a oposição de formuladores de políticas rivais que tentavam defender as velhas regras do jogo. A existência de uma metodologia de formulação de políticas indígenas sofisticadas de "proceder do ponto à superfície"¹ (HEILMANN, 2008, p. 1-2, tradução nossa).

A China apresentou, dessa forma, uma capacidade de abordagem pragmática, de racionalização instrumental do Estado – da burocracia – apesar do embasamento ideológico, quando relacionada ao seu processo de desenvolvimento, processo esse, numa primeira etapa, pautado em políticas protecionistas com uma estrutura econômica planejada, de acumulação do capital nos investimentos estatais, de coletivização e modernização da agricultura, e na quase completa abolição da propriedade privada, sendo a produção de bens e serviços voltadas para o mercado interno.

Essa maneira pragmática de abordagem em relação à administração estatal e a aplicação de métodos da experimentação podem ser encontradas nos escritos de Deng Xiaoping de 1962 - já uma liderança política – em que aponta a irrelevância ideológica quando se trata da conceituação de ideias que resolvam problemas concretos do Estado Chinês de forma prática, em meio aos problemas da produção de alimentos que gerou a fome na China no período de

¹ Policy process, in which central policy-makers encourage local officials to try out new ways of problem-solving and then feed the local experiences back into national policy formulation, has been a pervasive feature in China's economic transformation. [...] the economy was run used the results of experimental programs to overcome opposition from rival policy-makers who tried to defend the old rules of the game. The existence of a sophisticated indigenous policy-making methodology of "proceeding from point to surface" (HEILMANN, 2008, p.1-2).

1958 a 1963, citando um provérbio Sichuan que afirma que não importaria a cor do gato, o que importa é que ele cace o rato².

É hercúlea a tentativa de encaixar a China em modelos econômicos, principalmente, modelos da economia canônica. A trajetória do processo de desenvolvimento da economia Chinesa se mostra um processo híbrido, de planejamento estatal, dirigista, com proteção do mercado interno, fazendo o uso de ferramentas diversas, chanceladas pelo trato institucional, que permitiram a ascensão da China no século XXI como uma real ameaça econômica ao império Norte Americano e a todos os “consensos” criados pela ideologia liberal escocesa.

Principalmente, após os anos de 1990, período, também, da queda do sistema da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e da ascensão dos Estados Unidos da América (EUA) como superpotência geopolítica e geoeconômica, os fluxos de investimentos estrangeiros cresceram e se espalharam pelos países que compunham a antiga URSS assim como os países do Leste Asiático, entre eles, a China.

A China mostrou, e tem mostrado ao mundo, que o tempo chinês é diferente do tempo das economias ocidentais, “os socialismos selaram o fim da história com a queda do muro de Berlim e o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas” (FORIGO, 2011, p. 135). O marco da nova fase para a economia chinesa aconteceu no período de 1978, com as reformas administrativas e econômicas implementadas por Deng Xiaoping que abriram a economia chinesa ao capital externo, fazendo com que a China entrasse como participante nos fluxos de comércio internacional, após quase trinta anos em que o país havia se voltado para dentro, no período Maoísta, com uma economia fechada ao comércio e ao investimento externo.

Tais medidas deram a base para o programa de reformas implementadas sob o comando de Deng que fora pautado em um socialismo com características chinesas, e tinha como centro as quatro modernizações em áreas estratégicas: Agricultura, Indústria, Defesa e Ciência e Tecnologia. (SUKUP, 2002).

Com essas reformas modernizantes, a China se posicionava e promovia a sua inserção na nova ordem mundial globalizada, em um processo que se reestabelecia desde os anos de 1970, sendo representado pelo aumento dos fluxos de investimentos internacionais, da disseminação dos capitais transnacionais. Sobre esse período Acioly (2005, p. 24) afirma que

A retomada do crescimento dos fluxos globais do investimento direto externo (IDE) pós recessão do início dos anos 1980 gerou uma série de expectativas positivas por parte de analistas e governos com relação ao papel que o IDE exerceria na integração

² Ver Restore Agricultural Production (Deng Xiaoping, 1962). Disponível em: <<https://dengxiaopingworks.wordpress.com/2013/02/22/restore-agricultural-production/>> Acesso em: 15 ago. 2020.

econômica mundial dos países e regiões, tanto de destino quanto de origem desses investimentos, dadas as relações existentes entre investimento, comércio, tecnologia e fluxos financeiros. As corporações transnacionais (TNCs) possuíam “recursos de eficiência” derivados de uma série de vantagens que contribuiriam positivamente para a performance econômica dos países, desde que fossem retiradas todas as barreiras relativas às transações internacionais, incluindo aí a liberalização dos fluxos de IDE, comércio e tecnologia.

Além disso, para aportar o capital externo entrante (IED), Deng estrategicamente delimitou as Zonas Econômicas Especiais³ (ZEEs) em cidades estratégicas na costa litorânea do país, com a estrutura econômica local aberta ao capital estrangeiro, restrito e direcionado a firmas exportadoras, não tendo acesso, portanto, ao mercado consumidor interno.

Dessa forma, o investimento externo ficou concentrado, principalmente, nessas zonas especiais que gozaram de um rápido desenvolvimento urbano, sendo as regiões da China as que pagavam os melhores salários/hora, recebiam alto investimento em infraestrutura, concessão de incentivos fiscais, isenções tarifárias e concentravam alto índice populacional. (JABBOUR, 2010).

Deng Xiaoping, ao promover as reformas no sistema econômico chinês, visava uma nova etapa de integração da economia chinesa à economia global, sem abdicar, contudo, do *status* de país socialista de planejamento central. De acordo com Cintra e Pinto (2017, p. 381) “A economia chinesa cresceu 10% ao ano nos últimos 30 anos, tornando-se a “fábrica do mundo” e gerando uma nova divisão internacional da produção”.

Segundo Sukup (2010, p. 88).

Todos os observadores concordam que o nível de vida do chinês médio melhorou substancialmente, especialmente entre os agricultores. Não só a comida é hoje relativamente abundante, mas também as bicicletas, os aparelhos de televisão e outros itens estão agora muito acessíveis à massa camponesa.

Apresentado esse contexto inicial, é importante ressaltar que para a realização desse estudo, optou-se pela pesquisa de natureza bibliográfica e documental por meio de pesquisa em livros, artigos científicos, dissertações, teses e periódicos. Assim, para abordar sobre o protecionismo estratégico, desenvolvimento econômico e o comércio internacional utilizou-se como fundamentação teórica as análises de List (1983) a partir da perspectiva de Nascimento (2004) e Oliveira (2017), além de estudos de Pinheiro (1987) e Tavares (1981); para tratar sobre a internacionalização da produção apoiou-se nos estudos de Porter (2004) e Hitt (2011); e para abordar a economia chinesa fundamentou-se em Sukup (2010), Rodrick (2006), Moreira

³ Trata-se de um conjunto de parques industriais, em setores pré-estipulados pelo governo, cujos investimentos provinham de empresas manufatureiras *export-oriented*, tendo como foco a atração de IED.

(2005) e Jabbour (2010). Recorreu-se à pesquisa em bancos de dados de órgãos internacionais como o Banco Mundial, UNCTAD e do governo chinês, o *national bureau of statistic of china*, entre outros, com o intuito de fundamentar e ter como base dados estatísticos para compor esta pesquisa.

Tomando como base esses referenciais teóricos e tendo como pressuposto que ainda são poucas as pesquisas que abordam essa temática, foi realizada uma breve busca no Repositório da Universidade Federal do Ceará (UFC)⁴ por pesquisas relacionadas ao estudo da economia chinesa. Das 12 pesquisas localizadas, apenas uma tinha como foco a economia chinesa.

Assim, dada a pouca existência de literatura acadêmica no Curso de Ciências Econômicas da UFC sobre tão fascinante tema e quanta contribuição tal tema pode trazer para mudar o modo de pensar as estratégias econômicas na realidade brasileira, a justificativa para esse estudo é contribuir para o conhecimento sobre as ferramentas protecionistas e de entrada de capital externo e o seu papel no desenvolvimento econômico chinês, a partir das seguintes indagações que nortearam esse estudo:

1. Como ocorreu o processo de entrada do Investimento Estrangeiro Direto (IED) na China?
2. Como a China coordenou as políticas protecionistas vigentes no país desde a revolução comunista de 1949 com o processo de abertura econômica iniciado na década de 1970-1980?
3. Que mudanças e quais os fatores tornaram a China um país atrativo para a entrada do IED?
4. Qual as contribuições do IED para a economia chinesa?

Na perspectiva de buscar respostas para estes questionamentos, elegeu-se como objetivos:

Geral

Analisar o processo histórico de desenvolvimento econômico da China e o papel do IED e do protecionismo neste processo desenvolvimentista após 1949, assim como as políticas protecionistas, a entrada e os fluxos de Investimento Estrangeiro Direto na economia Chinesa, sua importância, seus impactos e as suas consequências.

⁴ http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/137/simple-search?query=china&filter_field_1=dateIssued&filter_type_1=equals&filter_value_1=%5B2000+TO+2020%5D&sort_by=score&order=desc&rpp=10&etal=0&start=0

Específicos

- Discutir quais fatores tornaram a China um país atrativo à entrada de Investimento Estrangeiro Direto;
- Mapear os fluxos de entrada do IED na economia chinesa e a sua regulação;
- Analisar a importância e o protagonismo do Estado Chinês nesse processo.

O presente trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo serão abordadas as teorias de comércio internacional, com foco na discussão em relação aos teóricos e autores relacionados às escolas do protecionismo estratégico em contraponto ao que preconizava os teóricos da escola clássica a respeito do comércio internacional e do desenvolvimento econômico dos países. No segundo capítulo serão tratadas as formas de internacionalização da produção a partir dos fluxos de capital produtivo, o Investimento Estrangeiro Direto, mapeamento dos fluxos de IED por países separados por níveis de desenvolvimento e as estratégias das empresas quando decidem expandir seus mercados de influência.

No terceiro capítulo será apresentada a economia chinesa, as políticas de proteção econômica a partir do planejamento Estatal, o papel do Estado nesse processo, a abertura econômica e a contribuição do IED para o desenvolvimento da economia, a partir do processo histórico e dos dados econômicos do país, abrangendo o período de 1949 a 2020.

2 TEORIAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

2.1 Vantagens comparativas do comércio internacional

A teoria do comércio internacional de Ricardo (1817) é concebida num período em que a Grã-Bretanha possuía extensões de terras muito limitadas à expansão e poucos solos férteis, comparativamente a países como a Rússia, os Estados Unidos da América e a França, o que afetava a produção de bens agrícolas. Além disso, dadas as sucessivas guerras entre a Grã-Bretanha e a França, no final do século XVII e início do século XIX, o comércio entre Grã-Bretanha e o continente Europeu foi prejudicado, o que resultou, para a Grã-Bretanha, na incapacidade de importação de bens agrícolas e na necessidade do investimento em uma produção agrícola voltada ao mercado interno, incorrendo em substanciais elevações de preços para esses bens. (SINGER, 1982).

Havia um debate político interno na Grã-Bretanha que colocava em lados opostos os que defendiam a proteção do mercado interno contra os que defendiam a liberalização do comércio de bens, indiscriminadamente. As altas taxas de importação de bens agrícolas assegurava aos produtores locais agrícolas o manutenção de preços em um patamar relativamente alto em relação aos preços internacionais e era a única forma de compensar a produção interna, em vista de que a importação desses bens, principalmente do trigo, pressionava os preços internos para baixo.

Com os altos preços dos produtos agrícolas internamente, era pressionado para cima o salário dos trabalhadores da indústria, no que os industriais ingleses eram os que se sentiam mais prejudicados nesse processo, pois tinham que pagar valores altos de remuneração aos trabalhadores, afetando a sua própria renda, ou seja, os lucros. Segundo Ricardo (1817) os salários deveriam estar, pelo menos, no nível da subsistência.

A aristocracia inglesa – a maior detentora de terras no país – pressionava para que se mantivessem os mecanismos de proteção institucional aos bens agrícolas, a fim de que as rendas das terras continuassem lucrativas. Contudo, para a burguesia industrial, a proteção aos bens agrícolas representava uma diminuição da margem de lucros. Para Singer (1982, p.19) “O custo de vida era mantido alto em consequência da manutenção dos preços agrícolas pelas *Corn Laws*. Dessa maneira, se opunham diretamente os interesses industriais aos agrícolas”.

As bases da teoria das vantagens comparativas ricardianas é desenvolvida a partir da teoria do valor trabalho, em que a remuneração dos fatores de produção é o que determina o preço das mercadorias e da capacidade produtiva, em que não ocorreria limites ao capital que

pode ser empregado na produção de bens (não agrícolas), exceto o limite dado pela capacidade de mantimento dos trabalhadores que produzem determinados bens. O valor econômico de uma mercadoria é igual a quantidade de trabalho nela empregada, direta ou indiretamente, sendo o trabalho o fator de produção que gera o valor. (RICARDO, 1817).

Os custos relativos do trabalho são dados pela produtividade relativa desse fator de produção, em que se diferenciaria entre países pelo volume e nível tecnológico do estoque dos fatores necessários para a produção. Sendo assim, McDonald (2017) afirma que

[...] Ricardo observou que o comércio era impulsionado por custos comparativos e não absolutos (de produção de um bem). Um país pode ser mais produtivo do que outros em todos os bens, no sentido de que pode produzir qualquer bem usando menos insumos (como capital e trabalho) do que outros países exigem para produzir o mesmo bem. A percepção de Ricardo foi que tal país ainda se beneficiaria do comércio de acordo com sua vantagem comparativa - exportando produtos em que sua vantagem absoluta era maior e importando produtos em que sua vantagem absoluta era comparativamente menor (mesmo que ainda positiva)⁵. (Tradução Nossa).

Ricardo (1817) analisou que a competitividade de um país em relação ao comércio internacional advinha do quanto um país poderia ofertar de determinado bem, dado a preços relativos. Portanto, um país ofertará mais de um bem na medida em que o esforço produtivo seja capaz de resultar em preços competitivos daquele determinado bem em relação aos competidores internacionais, resultando em uma especialização da produção interna em cada país. (OLIVEIRA, 2007). Logo, um país deveria avaliar o seu comércio internacional a partir de parâmetros e concepções de produtividade relativas e não absolutas, quebrando, à vista disso, o paradigma smithiano de que as vantagens absolutas da produção nos países eram as que deveriam conduzir e explicar o comércio entre as nações.

Para Ricardo (1817), os comerciantes aplicariam seus capitais no comércio externo em razão da escolha e nunca por necessidade, baseado na análise do emprego de seu capital em atividades nas quais seus lucros serão maiores que na atividade interna.

Compartilhando do pensamento de Adam Smith, esse autor afirma que o desejo dos indivíduos por alimentos seria limitado, dada a sua limitação estomacal e que os lucros advindos do capital aplicado na agricultura, em determinado período, também seriam limitados.

⁵ Ricardo observed that trade was driven by comparative rather than absolute costs (of producing a good). One country may be more productive than others in all goods, in the sense that it can produce any good using fewer inputs (such as capital and labor) than other countries require to produce the same good. Ricardo's insight was that such a country would still benefit from trading according to its comparative advantage—exporting products in which its absolute advantage was greatest, and importing products in which its absolute advantage was comparatively less (even if still positive). (MCDONALD, 2017).

Entretanto, o desejo por comodidades, bens, artigos de luxo, objetos pessoais é ilimitado e, de modo igual, o montante de capital aplicado na produção destes.

Á vista disso, obter tais satisfações é o objetivo que se tem em vista. Dessa forma, os indivíduos somente se dedicam ao comércio exterior, com o intuito de alcançar melhor esse objetivo. No caso de ser impossível aplicar capital no comércio exterior, dever-se-ia, apesar da menor vantagem, empregá-lo no País.

Ricardo (1817) absorve as concepções smitianas de especialização na produção e leva ao âmbito de nação, na medida em que desenvolve as noções de vantagens comparativas entre países em prol do comércio e de forma benéfica a todos aqueles que dele participar. Há um traço intuitivo nesta análise, pois, a especialização leva ao direcionamento dos recursos disponíveis para um setor específico, em que o país tenha eficiência na produção de riquezas.

Ora, de um ponto de vista lógico, o comércio fluiria a partir da especialização das economias na produção de bens nos quais fossem, relativamente aos bens produzidos internamente e externamente, mais competitivos, dado no espaço e tempo (análise estática) em que a produção se realizaria, resultando em especialização, em maior eficiência produtiva e redução de custos. De acordo com Coutinho *et al.* (2015, p. 101)

A teoria clássica de comércio exterior explica o comércio internacional a partir da produtividade relativa dos fatores de produção, determinando que o fluxo do comércio resulta de uma dotação inicial desses fatores. Os países devem se especializar na produção dos bens para os quais possuam vantagens comparativas, oriundas da abundância dos fatores utilizados na produção desses bens para os quais possuam vantagens comparativas [...].

Nessa perspectiva Oliveira (2007, p. 4) afirma que:

Ricardo observou que a ideia de vantagens absolutas pode ser utilizada para se determinar o padrão de comércio interno de um país que apresente perfeita mobilidade dos fatores de produção, mas não para o comércio internacional, onde há a presença de imobilidade (ou baixa mobilidade) dos fatores de produção.

Analisando de um ponto de vista de Ricardo (1817), naturalmente, em se tratando de processo histórico, é difícil avaliar quais fatores específicos fizeram com que a Inglaterra adquirisse vantagem comparativa na produção de bens manufaturados. Talvez, no caso de Portugal, o fator de produção terra represente uma vantagem comparativa natural a partir da fertilidade do solo, sem a qual, dada a especialização da mão de obra na *expertise* da produção de vinhos, não os valeria para a produção desse bem. Nesse sentido, Singer (1982) assevera que nas vantagens comparativas, cada país apresentaria as suas vantagens naturais ou artificiais, no que pese esse fator como determinante para a análise de quais produtos os países poderiam

obter através do comércio, tendo angariando um menor custo. Portanto, os grandes beneficiados seriam os consumidores residentes em cada País, que teriam acesso a produtos variados com o menor custo.

Como um entusiasta do livre comércio, Ricardo (1817) acreditava que o comércio entre as nações era possível mesmo que um país tivesse maior produtividade na produção de todos os bens (OLIVEIRA, 2017). A especialização em um setor da economia para a exportação poderia ser explicada através do conceito de custo de oportunidade, sendo mais custoso para um país abrir mão da produção de uma unidade de um produto no qual o país era competitivo para produzir outro bem no qual o país não era competitivo, em termos relativos. Logo, seria melhor que o produto no qual o país tivesse menos competitividade na produção, fosse adquirido através do comércio.

Para Krugman, Obstfeld e Melitz (2015, p. 413)

[...] existem dois motivos para os países se especializarem e negociarem. Primeiro, eles diferem em seus recursos ou em sua tecnologia e especializam-se em coisas que fazem relativamente bem. Segundo, as economias de escala (ou aumento de retorno) fazem com que seja vantajoso para cada país especializar-se na produção de uma variedade limitada de mercadorias e serviços

Nessa direção, Coutinho defende que (2015, p. 103)

Os países deveriam se especializar em bens nos quais tivessem vantagem comparativa, aumentando sua produção doméstica. Assim, a produção que não fosse vendida no mercado doméstico de um país deveria ser exportada. Os outros bens seriam adquiridos no mercado internacional a um preço menor que o de produzi-los internamente. Dessa forma, o comércio seria benéfico para todos.

Ricardo (1817) em sua teoria de comércio internacional, pautada nas vantagens comparativas, não faz distinção entre os níveis de desenvolvimento dos países, tampouco na capacidade produtiva destes, não assumindo haver disparidades de comércio. A livre concorrência, portanto, regeria o comércio entre as nações, em que os capitalistas dessas nações tomariam as rédeas desse processo. (SINGER, 1982).

Dessa forma, as concepções de Ricardo (1817) em relação ao comércio internacional benéfico para todas as nações podem ser analisadas como centradas nos interesses ingleses e para o setor industrial inglês, imergida numa lógica de produção e trocas, na qual os ingleses estavam à frente nesse processo, comparativamente às outras nações.

2.2 Teoria do protecionismo estratégico

A importância de Ricardo (1817) para a economia política e suas concepções de vantagens comparativas transcorreram como base para toda a discussão, a posteriori, sobre os termos e a lógica que deveriam reger o comércio entre as nações.

A inovação da produção industrial e os novos paradigmas econômicos, políticos e sociais desenvolvidos no sistema capitalista não alcançou todas as sociedades de forma padronizada, nem igual, e nem no mesmo espaço e tempo. Da visão de Hirano e Estenssoro (2006, p. 105) “A estrutura do poder mundial funda-se em modos de desenvolvimento diferenciados nas diversas regiões do planeta, que se reportam a diversos padrões de acumulação e inserção internacional das economias nacionais”.

Havia um esforço, desde o século XVI, dos países ocidentais europeus em promover políticas que privilegiavam a produção interna no mercado interno em detrimento dos produtos importados, vindo na esteira da expansão comercial marítima, da lógica de superávit na Balança de Pagamentos mercantilista, da formação de monopólios defendidos pelo sistema burocrático estatal (HUNT, 2013) em que o comércio internacional era um jogo de soma zero.

De acordo com Marx e Engels (1888, p. 9), o sistema de proteção,

era um meio artificial de manufaturar, de expropriar trabalhadores independentes, de capitalizar os meios de produção e subsistência nacionais e de abreviar à força a transição do modo de produção medieval para o moderno. [Essa era a proteção em sua origem no século XVII, assim permaneceu até o século XIX⁶]. (Tradução nossa).

A Grã-Bretanha, à vista de suas transformações sociais e territoriais, já no século XVI, protagonizou o processo dos cercamentos. Tal processo consistia na transferência de grande parte da população rural para as áreas urbanas em benefício do abastecimento de lã à nascente manufatura têxtil.

De acordo com Hunt (2013), as indústrias têxteis constavam entre as pioneiras no desenvolvimento do sistema doméstico de trabalho. Ademais, detinham grandes ajuntamentos de artesãos e homens práticos, de guildas, possibilitando, em parte, à Grã Bretanha ser a pioneira na produção industrial, a partir da unificação de seu mercado interno, do

⁶ Was an artificial means of manufacturing manufacturers, of expropriating independent laborers, of capitalizing the national means of production and subsistence, and of forcibly abbreviating the transition from the medieval to the modern mode of production. [Such was protection at its origin in the 17th century, such it remained well into the 19th century]. (MARX; ENGELS, 1888, p.9)

aperfeiçoamento técnico-produtivo e do desenvolvimento de uma nova lógica a partir do *mix* de capital e trabalho, que serviu de alicerce para o sistema fabril.

Esse novo sistema fabril de produção sobrepujava o sistema mercantil feudal, possibilitando a diversificação produtiva, o aumento de escala e a sistematização dos fatores de produção. Enquanto que a Grã-Bretanha, no final século XVIII, já havia iniciado a transição para o sistema capitalista de mercado – a primeira revolução industrial a pleno vapor – a França se encontrava internamente no caos social da revolução popular liberal; e o território no qual hoje se encontra a atual Alemanha, parecia mais uma coxa de retalhos de territórios feudais, “atrasado” tanto no que diz respeito à unificação propriamente dita de um Estado nação⁷ e dos seus mercados internos, quanto à acumulação de capital e ao progresso técnico dos meios de produção capitalistas, comparativamente à Grã Bretanha. Sendo assim, o desenvolvimento capitalista⁸ e a sua difusão em países como a França, Bélgica, Holanda, deu-se de forma gradual, diferentemente do que ocorreu na Alemanha, devido ao processo de industrialização conturbado no país.

Após o final da invasão Napoleônica nos países da Europa continental, no começo do século XIX, a *Pax Britannica* apresentava um período de relativa paz e de progresso para os países do centro Europeu, de acordo com Polanyi (2000).

A volta do comércio entre a Europa continental e o império inglês foi reestabelecida e a nova ordem econômica mundial passava a ser ditada pelo imperialismo inglês, com a expansão de seus mercados de influência, passando a controlar as principais rotas de comércio marítimas, dominando novos territórios, econômico e militarmente.

Neste sentido, Segundo Polanyi (2000, p.17), no século XIX

A civilização [...] se firmava em quatro instituições. A primeira era o sistema de equilíbrio de poder que, durante um século, impediu a ocorrência de qualquer guerra prolongada e devastadora entre as Grandes Potências. A segunda era o padrão internacional do ouro que simbolizava uma organização única na economia mundial. A terceira era o mercado auto-regulável, que produziu um bem-estar material sem precedentes. A quarta era o estado liberal. Classificadas de um certo modo, duas dessas instituições eram econômicas, duas, políticas. Classificadas de outra maneira, duas delas eram nacionais, duas, internacionais. Entre si elas determinavam os contornos característicos da história de nossa civilização. Todavia, a fonte e matriz do sistema foi o mercado auto-regulável. Foi essa inovação que deu origem a uma civilização específica.

⁷ Processo que ocorreu durante a transição do sistema feudal para o sistema capitalista. (HUNT, 2013)

⁸ Que se entenda o desenvolvimento capitalista como o modelo de produção definido pelas forças produtivas e pelas relações sociais de produção em que as forças produtivas representariam a tecnologia produtiva de uma sociedade que constituem o estado vigente das técnicas produtivas e organizacionais, das especializações, das ferramentas, máquinas, estruturas produtivas. (HUNT, 2013)

A teoria da especialização de Ricardo e as conceptualizações Smitianas da riqueza, do mercado autorregulado, e do livre comércio, se difundiam por todo o ocidente europeu, servindo de fundamento para diversas discussões, tanto políticas quanto acadêmicas, sobre de que forma deveria ser gerida o novo sistema de economia de mercado que surgia. Entretanto, em razão das disparidades no que concerne à difusão do progresso tecnológico e industrial nos diferentes países, teve início a crítica ao modelo liberal de comércio internacional por pensadores como Georg Friedrich List, da tradição da escola do realismo alemão.

Segundo Nascimento (2004, p. 2)

[...] Georg Friedrich List (1789-1846) era ideólogo e promotor da união aduaneira que, aos poucos, constituiria a Alemanha como um único Estado soberano. Para isso, ele elaborou um corpo de ideias: partiu da crítica da economia liberal de Adam Smith, do estudo do mercantilismo europeu e de seu conhecimento da economia e das ideias protecionistas correntes nos EUA, onde residiu de 1825 a 1830, ao ser exilado.

List (1789-1846) analisa que os resultados considerados por ele positivos de crescimento da indústria alemã eram resultado advindo da imposição das barreiras de comércio com os ingleses⁹. Para tal pensador, o bloqueio contra os produtos ingleses havia resultado em, não apenas crescimento e progresso produtivo industrial, mas também na diversificação de diferentes setores alemães. Além disso, ele absorve seus conceitos protecionistas do comércio a partir da prática objetiva e concreta, passando, portanto, a rejeitar os teóricos, particularmente, os ingleses, defensores da especialização da produção interna e do livre intercâmbio entre os países. (OLIVEIRA, 2017).

Também acreditava que as firmas nacionais teriam mais dificuldade de se desenvolverem enquanto o mercado interno fosse ocupado por produtos de outras nacionalidades, mais competitivos. À vista disto, era necessário proteger esse mercado nacional da concorrência de firmas estrangeiras, para que no médio prazo, as firmas nacionais pudessem se desenvolver e tivessem condições de competir “em pé de igualdade” com as firmas estrangeiras (manufatura inglesa).

Segundo Oliveira (2017), List vislumbrava o livre comércio internacional de forma benéfica, contanto que praticado entre países igualmente posicionados em relação ao desenvolvimento interno de suas economias. A partir disso, ele desenvolve o conceito de protecionismo “educador”, em que afirmava que para o país poder ter condições de participar

⁹ Que na época representado o paradigma originário, no qual o “atraso” era referido a partir do grau de desenvolvimento da indústria inglesa.

dos jogos de comércio internacional de forma vantajosa, este país teria que estar preparado para tal.

Assim, as teses elaboradas por List (1789-1846) se contrapunham às disseminadas pelos autores do liberalismo inglês, articulando, pois, ideias que advogavam por barreiras aduaneiras conjuntas, na proposta de união aduaneira de 1834 (*Zollverein*), além da imposição de uma tarifa aduaneira protetiva, e pela integração e ampliação dos transportes ferroviários e do poderio militar alemão, a partir de uma doutrina nacionalista de desenvolvimento da indústria nascente. (NASCIMENTO, 2004).

Dessa forma, o desenvolvimento econômico representaria uma etapa da construção de um Estado soberano que, com o avanço do capitalismo, se fazia necessário a partir da unificação dos territórios, da independência política, da soberania militar centrada no esforço de coordenação do Estado nacional. (NASCIMENTO, 2004).

Discorrendo sobre a teoria de List, Oliveira (2017, p. 185-186) argumenta que

As forças produtivas e seu conceito de capital mental, por exemplo, assentaram as bases últimas de uma concepção imaterial da economia e da civilização. Além disso, pode-se arguir que a sua obra foi determinante para acelerar o processo de Unificação da Alemanha. Antes de List, o conceito de nação alemã vinha sendo construído de um ponto de vista, sobretudo, histórico-cultural e político[...].

A interpretação de List sobre o conceito de economia cosmopolita liberal internacional, que se afirmava acima das instituições nacionais e das delimitações territoriais, representaria um prenúncio do processo que mais tarde seria conhecido como globalização. Os protecionistas criticavam os teóricos da ortodoxia econômica liberal pela abordagem que faziam em relação aos preceitos individualistas e à percepção de que os interesses individuais agregados resultariam no interesse coletivo nacional.

Daniel Raymond, em seus *Thoughts on Political Economy: A Theory of Productive Power* (1821), já havia proposto uma distinção entre economia individual e economia nacional. Em oposição à escola inglesa, ele afirma que a riqueza nacional é algo muito diferente do que a soma total da riqueza individual, e que um incremento da riqueza de uma classe de cidadãos não necessariamente implica um aumento igual da riqueza nacional. (OLIVEIRA, 2017, P.190)

Nesse sentido, Nascimento (2004, p. 3) aponta que:

List introduz o tempo, o espaço, a sociedade e, assim, a história e a nação na economia, colocando-se contra os pressupostos da economia clássica de harmonia de interesses, da visão estática do mundo, do individualismo e da empresa, contra a abordagem que "ignora" os homens e as fronteiras entre os países. Ele se opõe à ideia de conhecimento absoluto da ciência clássica e introduz a noção de relatividade nas formulações e no cálculo econômico.

Apesar da guerra por mercados, o sistema financeiro Inglês financiou o desenvolvimento dos países europeus ao longo do século XIX. Contudo, ao perceber que estava perdendo espaço nos mercados internacionais em virtude da disseminação dos produtos Russos, Alemães e Americanos, – apesar da superioridade e da maior qualidade técnica dos produtos ingleses – o parlamento Inglês cogitou a revogação das livres transações de mercadorias, do “*laissez passe, laissez faire*” para o seu mercado interno, que por poucos votos, não passou. (OLIVEIRA, 2017).

Por motivos, entre outros, políticos, List foi impelido a deixar o continente europeu e partir para os Estados Unidos da América, onde teve contato com autores ilustres da academia e da institucionalidade estadunidense, como Alexander Hamilton (1757-1804). Para Pinheiro (1987), apesar das diferenças de espaço e tempo entre List e Hamilton¹⁰ (1757-1804), os dois apresentavam ideias comuns e contrárias às leis das vantagens comparativas ricardianas, apontando os benefícios a médio e longo prazo advindos de um sistema de economia mais fechado em países ainda em desenvolvimento da indústria nacional.

Na América do Norte, no século XIX, principalmente na parte norte do país, onde se localizavam os *clusters* de indústrias nascentes, estava em construção teórica a escola de pensamento econômico denominada Sistema Americano (*The American System*) a qual defendia “o uso de tarifas protecionistas como forma não apenas de proteger as indústrias nascentes, mas também de criar um mercado interno e um Banco Nacional para garantir a estabilidade monetária” (OLIVEIRA, 2017, p.190). Discorrendo sobre esse período, Hughes (1990, p. 154) argumenta que

Durante o período das guerras napoleônicas, as manufaturas têxteis americanas prosperaram sobremaneira, pois foram protegidas da concorrência externa. Quando a paz foi restabelecida em 1815, porém, os mercados americanos viram-se novamente abarrotados de produtos ingleses, o que impeliu os fabricantes domésticos a reivindicar a defesa da indústria nascente junto ao Congresso, gerando o intenso debate que se estenderia até meados do século.

Dessa forma, desenvolveu-se na Alemanha e nos Estados Unidos, ideais partidárias ao protecionismo para o desenvolvimento da indústria nacional. Estes teóricos entendiam o

¹⁰ Para Padula e Fiori (2019, p. 243-244). “Hamilton se destaca na defesa de uma política econômica promotora da indústria como motor do progresso econômico nacional, com especial atenção à proteção à indústria nascente. Seu Relatório sobre as manufaturas (1791) aponta uma série de medidas para o florescimento da indústria nacional, que espalharia progresso para as demais atividades econômicas (agricultura e comércio), através da formação de um mercado interno dinâmico e da divisão social da produção, em um país relativamente atrasado. Por isso, do ponto de vista das reflexões sobre desenvolvimento econômico, Hamilton é usualmente referido como um “industrialista”, “protecionista” e “nacionalista econômico”.

protecionismo como método a ser aplicado para os países ainda não industrializados em prol do progresso e modernização econômica. Sendo, portanto, uma das formas de países “atrasados” acumularem capital industrial, num primeiro momento, a proteção da sua indústria nacional não competitiva. De acordo com Padula e Fiori (2019, p. 244), para Hamilton

o comércio baseado em commodities, com preço e demanda determinados externamente, seria um “comércio passivo”, em que seus lucros seriam transferidos para os inimigos e perseguidores do país. Ainda, a diversificação produtiva impulsionada pela industrialização teria papel importante na redução da vulnerabilidade externa, pois o estancamento de demanda para quem produz uma pequena variedade interfere na venda de todos os produtos, nos preços, na balança comercial, e, conseqüentemente, em toda economia nacional.

O processo de industrialização da economia nacional adviria de um esforço da nação a partir de um processo endógeno, com a produção voltada para o mercado interno, em um primeiro momento. Em um segundo estágio, com um sistema de inovações moderno, *catching up* concluído, a indústria nacional competiria, em condições de paridade nos mercados internacionais. List (1983, p. 93) postula que:

Nas atuais condições do mundo, o resultado da liberdade geral de comércio não seria uma república universal, mas, pelo contrário, uma sujeição total das nações menos adiantadas à supremacia da potência industrial, comercial e naval atualmente dominante.

2.2.1 *Protecionismo estratégico na América Latina e no Leste Asiático*

As nações subdesenvolvidas economicamente localizadas em áreas periféricas¹¹ do sistema, também chamadas de Terceiro Mundo, como os países da região da América Latina, do Leste Asiático (sendo o Japão como o único país asiático em que houve o processo de difusão capitalista e desenvolvimento) e grande parte das ex-colônias de países europeus eram considerados “os atrasados dos atrasados”, retardatários e tardios frente aos países dos centros econômicos e industriais globais.

¹¹ Teoria do desenvolvimento econômico desenvolvida por Raúl Prebisch a partir do sistema centro-periferia, na qual ele assumia que os Estados Unidos, dada a sua magnitude e as suas características, era de onde partiam os impulsos de contração e expansão da vida econômica mundial, o que faz com que esse país desempenhe um papel ativo de centro cíclico principal no mundo – que outrora a Grã Bretanha havia exercido este papel –, enquanto que os países da América Latina se encontravam na periferia do sistema econômico. Prebisch acreditava que o movimento cíclico da economia era universal, constituindo um só movimento, com fases e características distintas nos centros cíclicos e na periferia. (COUTO, 2017).

À vista disso, na segunda metade do século XX, era revivido nos países da América Latina¹² e do Leste Asiático a estratégia de substituição de importações, de proteção à indústria nascente, de aplicação de ferramentas de seletividade e estratégica participação no comércio internacional.

No caso das economias centrais, embora as exportações representassem um fator importante e dinâmico na formação da Renda Nacional, elas não eram o fator exclusivo que explicasse o processo de crescimento destas economias. As exportações como variáveis exógenas se juntavam ao investimento autônomo e à capacidade de inovação tecnológica que foi desenvolvida nesses países. A combinação dessas variáveis foi o que possibilitou o aproveitamento das oportunidades do mercado exterior, atrelados à diversificação e integração do mercado interno nestas economias. (TAVARES, 1981).

Na América Latina e no Leste Asiático, principalmente na metade do século XX, ocorre um esforço industrial induzido pelos Estados Nacionais. Esse esforço é resultante da agregação da vontade política com a necessidade de modernização, dinamização e inserção destas economias periféricas na economia global, de uma forma mais vantajosa. É, também, em razão das consequências das crises cíclicas nos centros econômicos do capitalismo, que se mostravam deletérias para os países destas regiões. Dessa forma, a partir da grande crise de 1929 e do fim da segunda guerra mundial, abriu-se uma janela de oportunidade para a diversificação da produção interna, planejamento estatal, investimento pesado na indústria de base, melhoria da infraestrutura e educação.

De acordo com Pinheiro (1987), para além do sistema de substituição de importações, os anos de 1960 foram o período em que surgiu no Leste Asiático uma estratégia alternativa de desenvolvimento, baseada no crescimento das exportações como meio para a industrialização. Era um modelo em que a industrialização ocorreria através da promoção das exportações, em que elas

geravam as divisas necessárias que financiavam a importação de bens intermediários, de capital. Além disso, o rápido crescimento das exportações levava a expansão do PIB. A estratégia era, portanto, diferente em alguns aspectos, das estratégias usadas pelas economias protecionistas do século XIX, e do próprio mecanismo de substituição de importações. “Enquanto antes se visava favorecer a produção para o

¹² As exportações representavam praticamente o único componente de crescimento autônomo da Renda Nacional dos países dessa região, sendo o setor exportador o centro dinâmico da economia. Nessas economias, a capacidade de diversificação produtiva era limitada dado que tinha como base um a dois produtos primários. No bojo do desenvolvimento do setor exportador, ocorreu um processo de urbanização, o qual foi resultando no surgimento de indústrias de bens de consumo interno – calçados, vestuário, móveis - de baixa produtividade. (TAVARES, 1981).

mercado doméstico, agora o objetivo é tornar as exportações mais lucrativas (PINHEIRO, 1987, p. 7).

No contexto da América Latina, a escola de pensamento econômico Estruturalista, no âmbito da CEPAL¹³ (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), era composta por grandes expoentes do pensamento econômico moderno da região como Celso Furtado (1920–2004), Maria da Conceição Tavares (1930) e Raúl Presbich (1901–1986) que modularam suas teses a respeito do subdesenvolvimento da região a partir de um corpo de características próprias da estrutura econômica, política e social, e da exploração extrativista colonial, economia agrária voltada para o setor externo.

Segundo as teses estruturalistas, o processo histórico de dominação colonial da América Latina resultou na dependência externa e na constante deterioração dos termos de intercâmbio dos países dessa região com os países centrais, na medida em que os bens primários representavam boa parte da pauta de exportação, enquanto que os bens de consumo industrializados compunham grande parte da pauta de importações.

Dessa forma, se os países periféricos aplicassem os modelos baseados na teoria da divisão internacional do trabalho, teoria ricardiana da especialização, poderia resultar no mantimento da condição de contínuo estágio de subdesenvolvimento, de base econômica primário-exportadora (COUTO, 2007)

Na interpretação de Couto (2007, p. 52), Presbich (1901–1986)

considerava o comércio exterior um dos elementos propulsores do desenvolvimento econômico. A industrialização exigia novas importações de bens de capital e insumos que, para pagá-los, necessitava de exportações. Porém, devido à baixa capacidade para importar da periferia, a composição das importações deveria ir sendo modificada, substituindo as importações supérfluas pelas essenciais ao desenvolvimento.

Havia a hipótese de que o comércio internacional desfavoreceria os países menos desenvolvidos, pois estas economias apresentavam uma elasticidade-renda da demanda por importações de bens manufaturados maior que a elasticidade-renda da demanda por importações dos países industrializados por bens primários, o que resultava nos desequilíbrios externos sucessivos. Além disso, acreditava-se que o esforço industrial resultaria em externalidades positivas para a economia, a partir do progresso técnico e da maior produtividade da mão de obra (PINHEIRO, 1987).

¹³ A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) é uma das cinco comissões regionais da ONU, que tem como mandato o estudo e a promoção de políticas para o desenvolvimento da América Latina e do Caribe

Presbich (1901–1986), segundo Couto (2007, p. 52)

critica constantemente os ensinamentos da teoria econômica dominante. Apesar de concordar teoricamente sobre a validade da divisão internacional do trabalho, Prebisch diz que esta é contradita pelos fatos. Considera falsa a premissa de plena mobilidade dos fatores produtivos entre os países, e descarta o sentido de universalidade da teoria ortodoxa. [...] a teoria marginalista nunca levou em consideração o tempo entre uma e outra situação de equilíbrio. Impunha-se um sério esforço de revisão teórica, partindo de premissas mais próximas da realidade.

O processo industrial conduzido pelos Estados Nacionais tanto na América Latina quanto no Leste Asiático, a partir da formação de complexos industriais nacionais, em que o setor privado nacional não seria capaz de sozinho se encarregar do investimento e nem do financiamento no volume de capital requerido e necessário nos múltiplos setores, da necessidade de *catching up*, da criação de planos de desenvolvimento de longo prazo, que pese a produção internacional cada vez mais sofisticada, capital-intensiva e de alta tecnologia.

Nestes *Newly Industrializing Countries* (PINHEIRO, 1987) os Estados Nacionais incorporaram ao sistema Estatal, parte ou toda, a produção industrial e o sistema financeiro, principalmente em setores considerados estratégicos – energia, petroquímica, transportes, infraestrutura, defesa, bancos nacionais de desenvolvimento – visando a guinada rumo ao desenvolvimento das forças produtivas. Nesse sentido, Pinheiro (1987, p. 9) argumenta que

A partir da ascensão do presidente Park, a Coreia tornou-se o protótipo do modelo “duro” de desenvolvimento, com o governo impondo obrigações, dirigindo a atividade econômica para objetivos previamente traçados e explorando, para isso, a grande dependência que as firmas coreanas têm do crédito estatal.

Em suma, dado as políticas econômicas instrumentais recomendadas, a de substituição de importações era a mais incorporada às políticas econômicas dos países. Essa política representa o processo que decorre da necessidade de se produzir internamente alguns bens que antes se importavam, dadas as restrições impostas pelo setor externo e, geralmente, não desejadas. Esse processo, contudo, não visa a diminuição do *quantum* de importação global. (TAVARES, 1981). As substituições de importações podem funcionar como um mecanismo de *catching up*, “através dos quais a economia vai-se tornando qualitativamente menos dependente do exterior e mudando qualitativamente a natureza dessa dependência”. (TAVARES, 1981, p. 41).

Ademais, em relação as políticas econômicas aplicadas, havia o controle de preços internos, altas tarifas de importação para bens supérfluos (não capital); controle do câmbio - com discriminação – e câmbio competitivo desvalorizado; investimento em infraestrutura;

esforço para o aumento da poupança interna; investimento na qualificação técnica do fator de produção trabalho.

No caso da América Latina, a respeito do esgotamento em relação ao sistema de substituição de importações adotado pelos países da região, nos anos de 1980, segundo Tavares (1981, p. 116)

O fato de o processo de substituição de importações já não poder conduzir muito longe o processo de desenvolvimento da maioria dos países da América Latina é premissa mais ou menos aceita entre os economistas da área. [...]. Para vários países da região, o processo não pode avançar sobretudo por dificuldades de natureza por assim dizer “física”, que residem basicamente na inexistência de uma estrutura industrial suficientemente diversificada, capaz de permitir avançar para novas etapas de substituição, sob o impulso de estrangulamento externo.

Portanto, dadas as abordagens feitas nesta subseção, é possível entender as teses do protecionismo estratégico como uma construção de políticas ativas e de intervenção estatal nas economias nacionais que denotam um conjunto de mecanismos desenvolvidos a partir da análise empírica do sistema econômico capitalista do ponto de vista dos países em fase de desenvolvimento, primordialmente.

A negação da possibilidade dessas economias tardias se desenvolverem através da autogestão do mercado privado, da aplicação de modelos representativos das vantagens comparativas, e da divisão internacional do trabalho. É importante salientar que no processo de desenvolvimento da indústria nacional, a concepção de “atraso” é relativa e dinâmica, sendo, portanto, necessário o esforço de evolução das técnicas produtivas e da inovação de modo constante.

3 INTERNACIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

3.1 Investimento Estrangeiro Direto (IED)

O Investimento Estrangeiro Direto é um investimento no setor produtivo de um determinado país a partir de um aporte de recursos feito por entes estrangeiros em novos projetos para a construção de plantas empresariais, ou na forma acionária, comprando partes de empresas já existentes. Tem como característica ser um investimento de longo prazo, visando o aumento da capacidade produtiva, o que resultaria na geração de empregos e renda na economia doméstica, o diferenciando dos demais tipos de investimentos estrangeiros especulativos. (WOLFFENBÜTTEL, 2006).

Para Porter (2004, p. 288), “esses investimentos podem consistir em subsidiárias essencialmente independentes em países estrangeiros, sendo que a posição competitiva de cada uma delas depende basicamente de seus ativos e de circunstâncias particulares em seus países de localização”. Assim, o volume de IED acumulado em um determinado período de tempo em um país é chamado de estoque de investimento estrangeiro direto.

De acordo com a definição do FMI para a BPM6¹⁴ disponibilizado pelo Banco Central do Brasil (2015)¹⁵ “O investimento direto é uma categoria de investimento transfronteiriço associado a um residente numa economia que tem controle ou o grau significativo de influência na gestão de uma empresa residente noutra economia”¹⁶(Tradução nossa). Esse tipo de investimento pode ser realizado a partir da abertura de uma filial no estrangeiro; da aquisição de partes de uma empresa; da replicação de lucros retidos no exterior; das fusões entre empresas originárias de diferentes países; das transações de dívidas entre empresas etc.

O IED pode possibilitar a transferência de tecnologias mais modernas entre países, o aumento da competitividade do ambiente econômico do país no qual é aportado, a criação de cadeias globais de valor, o aumento da produtividade da mão de obra a partir de técnicas sofisticadas, de processos, o que ajudaria os países menos desenvolvidos a acelerar seu processo

¹⁴ Balanço de Pagamentos e Posição Internacional de Investimentos (BPM6)

¹⁵ Banco Central do Brasil. Estatísticas do Setor Externo – Adoção da 6ª Edição do Manual de Balanço de Pagamentos e Posição Internacional de Investimentos (BPM6), 2015. Nota Metodológica nº 3 – Investimentos diretos e renda primária (lucros). Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/notas_metodologicas/balanco_pagamentos/bpm6/nm3bpm6p.pdf> Acesso em: 14 ago. 2020

¹⁶ “Direct investment is a category of cross-border investment associated with a resident in one economy having control or a significant degree of influence on the management of an enterprise that is resident in another economy.”

de crescimento e desenvolvimento (CHORN; SIEK, 2017). Dessa forma, o IED tem o potencial de gerar externalidades positivas nos países que recebem essa categoria de investimento.

Na BP6, o IED é composto por duas subcontas, quais sejam: a participação no capital e a dívida Inter companhia. Nessas subcontas, são incluídas todas as modalidades de crédito entre as empresas que compõem o mesmo grupo econômico, assim como empréstimos entre empresas ligadas é a modalidade mais comum, contudo, os títulos e créditos comerciais também estão enquadradas nesta subcategoria.

3.1.1. Fluxos de IED

Os fluxos de investimento estrangeiro direto¹⁷ podem ser classificados em dois sentidos:

- **Entrada:** Pode ser chamado de investimento direto na economia declarante, que inclui todos os passivos e ativos transferidos entre empresas de investimento direto residentes e seus investidores diretos. Também cobre as transferências de ativos e passivos entre outras empresas residentes e não residentes, se a controladora final for um não residente.
- **Saída:** Pode ser denominado investimento direto no exterior, inclui ativos e passivos transferidos entre investidores diretos residentes e suas empresas de investimento direto. Também cobre as transferências de ativos e passivos entre outras empresas residentes e não residentes, se a controladora final for residente. O investimento direto externo também é chamado de investimento direto no exterior.

Dessa forma, a partir de pontos referenciais, é possível analisar os fluxos de entrada e saída do IED. No caso da entrada, o FMI para a BPM6¹⁸ define “que o “controle ou

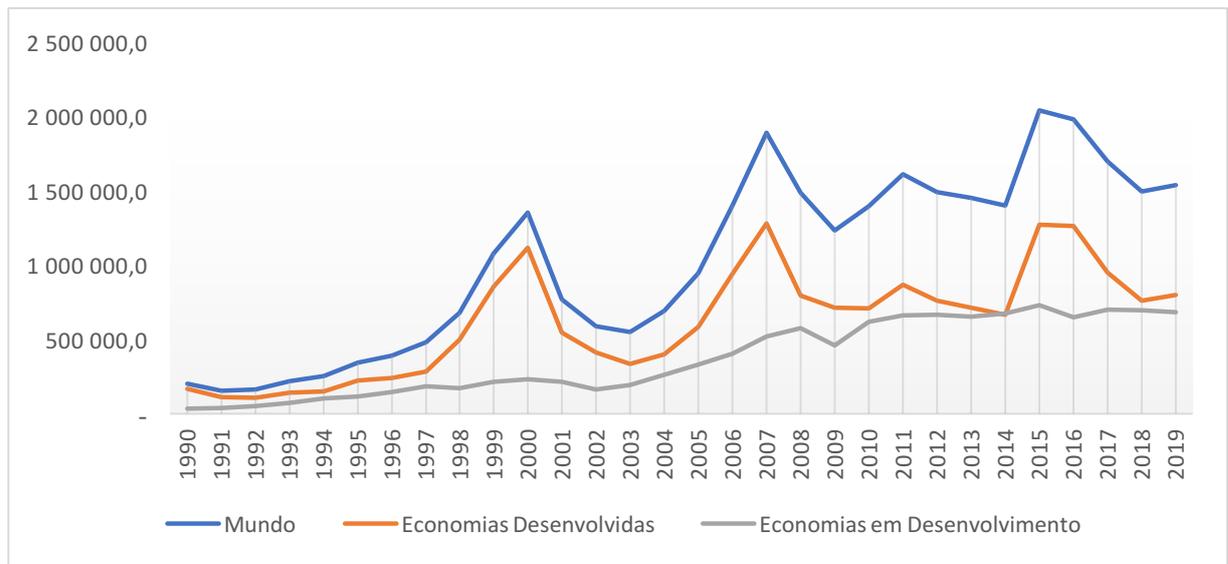
¹⁷ As entradas líquidas de IED são o valor do investimento direto interno feito por investidores não residentes na economia declarante ao passo que as saídas líquidas de IDE são os valores do investimento direto de saída feito pelos residentes da economia declarante para as economias externas. Definição do THE WORLD BANK. Disponível em: <<https://datahelpdesk.worldbank.org/knowledgebase/articles/114954-what-is-the-difference-between-foreign-direct-inve>>. Acesso em: 14 ago. 2020.

¹⁸ Estatísticas do Setor Externo – Adoção da 6ª Edição do Manual de Balanço de Pagamentos e Posição Internacional de Investimentos (BPM6), 2015. Nota Metodológica nº 3 – Investimentos diretos e renda primária (lucros). Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/notas_metodologicas/balanco_pagamentos/bpm6/nm3bpm6p.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2020.

significativo grau de influência” seja admitido se o investidor não residente detiver 10% ou mais do poder de voto da empresa residente”. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015).

No gráfico 1, é apresentado um comparativo entre as economias desenvolvidas e as em desenvolvimento no que concerne ao volume de entrada de IDE. Exceto no ano de 2014, em que há uma aproximação entre as entradas de IED nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, é possível analisar que os países desenvolvidos têm o maior fluxo de entrada de investimento estrangeiro direto em toda a série histórica, ou seja, de 1990 a 2020, sendo possível entender que estes são os países que se mostram mais atrativos para essa categoria de investimento produtivo.

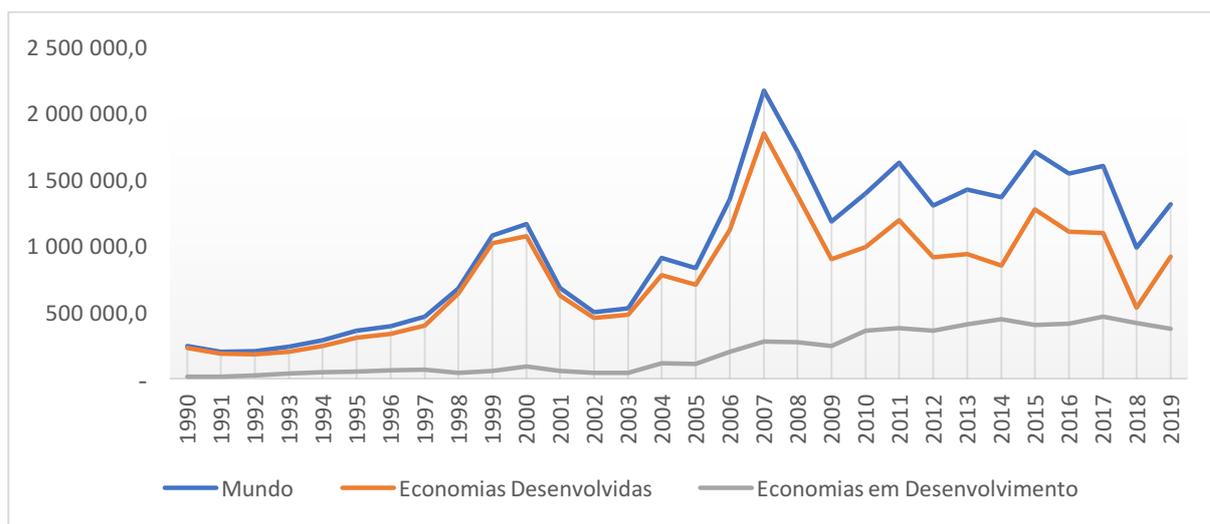
Gráfico 1 – Entrada de IED de 1990 a 2018 (Milhões de \$)



Fonte: UNTAD (2020) - *World Investment Report*.

No gráfico 2, é mostrado o volume de saída de IDE dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. É possível analisar que o volume de saídas dos países desenvolvidos é maior, relativamente, aos países em desenvolvimento

Gráfico 2 – Saídas de IDE de 1990 a 2018 (Milhões de \$)



Fonte: UNTAD, 2020 - *World Investment Report*

Portanto, a partir dos dados apresentados nos gráficos 1 e 2, é possível analisar que durante a série histórica de 1990 a 2018, os países desenvolvidos foram os maiores receptores e “enviadores” de capital, e representaram o maior volume de fluxo de entrada e saída de IED. Embora, os países em desenvolvimento tenham apresentado um aumento no volume de entrada e saída dos fluxos de IED, principalmente a partir dos anos 2000.

3.1.2. Controle de capitais

Os controles de capitais consistem em uma ferramenta que pode ser usada por governos com o objetivo de evitar uma alta volatilidade das taxas de câmbio e de juros, limitar a atividade especulativa na economia e promover um cenário econômico interno possível para uma política monetária independente e ativa. (GALLAGHE; GRIFFITH-JONES; OCAMPO, 2011)

Esse controle resultaria em uma seletividade maior em relação aos tipos de investimento que entrariam na economia de um país e, de certo modo, garantiriam uma permanência mais duradoura desses capitais, evitando pressões no câmbio, prevenindo contra bolhas de ativos financeiros, assegurando menor vulnerabilidade nos ciclos econômicos e maior autonomia para os governos locais para executar políticas monetárias e fiscais a longo prazo. Segundo Gallaghe, Griffith-Jones e Ocampo (2011 apud. OSTRY *et al.* 2011), as nações que aplicaram controles de capitais foram as que sofreram menor impacto nas crises financeiras globais.

Os controles de capitais podem ser de duas naturezas, uma com base nos preços e outra com base nas quantidades. Os controles com base nos preços alterariam o preço do capital entrante através, por exemplo, de um imposto ou do requisito de reservas – como as que foram implementadas no Chile. Outra medida seriam os controles baseados nas quantidades, que incluem proibições ou limites para determinados tipos de transações financeiras, por exemplo, delimitar os empréstimos financeiros abaixo de certos vencimentos ou para outros fins que não sejam o de investimento ou comércio internacional.

A alta mobilidade da movimentação de capitais de curto prazo pode resultar em três tipos de problemas para a condução das políticas econômicas e coordenação de planos estratégicos de longo prazo. Segundo Oreiro (2004), esses problemas seriam:

- A perda de autonomia na condução da política econômica, ou seja, dificuldade de implementação de políticas intervencionistas de manutenção das taxas de emprego e da estabilidade das taxas de inflação, sendo, pois, o Banco Central, principalmente em casos de câmbio fixo, um agente reativo na condução da política monetária, “refém” dos “humores” e das decisões de países externos de moeda forte.
- Aumento da fragilidade externa da economia, que seria, uma suscetibilidade maior a crises no balanço de pagamentos, não conseguindo, por conseguinte, honrar com os seus compromissos em moeda estrangeira.
- Grandes fluxos de entrada de capitais levam a uma apreciação do câmbio real, ou seja, no caso de os governos nacionais terem uma estratégia de competitividade internacional baseada na concorrência via preços, um câmbio desvalorizado, representaria um mecanismo de inserção, de forma competitiva, dos produtos nacionais nos mercados internacionais. Quando em regimes de câmbio flutuantes, uma entrada maciça de capitais externos provoca uma valorização cambial da moeda doméstica.

3.2 Estratégias de internacionalização

As estratégias de internacionalização são configurações que se expressam através da formulação de um plano estratégico pelas companhias que almejam atuar nos mercados externos. Para Porter (2004), as diferenças entre os países representam um fator chave para o desenvolvimento da estratégia internacional das firmas, sendo necessário analisar essas diferenças entre países com relação ao fator custo, mercados externos, funções dos governos estrangeiros e diferenças no que concerne às metas, aos recursos e à capacidade de

supervisionar concorrentes estrangeiros. Nesse sentido, Porter (2004, p. 36), conforme Tabela 1, desenvolveu estratégias competitivas genéricas “potencialmente bem-sucedidas para superar as outras empresas em uma indústria”.

Tabela 1 – Estratégias competitivas genéricas de Porter

LIDERANÇA NO CUSTO TOTAL	<ul style="list-style-type: none"> • Construção agressiva de instalações em escala eficiente • Redução dos custos via experiência, controle • Redução em áreas de P&D, assistência, força de vendas, publicidade etc. • Criação de barreiras de entrada através de economias de escala e vantagens competitivas
DIFERENCIAÇÃO	<p>Desenvolver produtos ou serviços diferenciados (únicos) através de</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projeto ou imagem da marca; • Tecnologia; • Peculiaridades; • Serviços sob encomenda; • Durabilidade; • Qualidade
ENFOQUE	Foco em um determinado grupo comprador, um segmento da linha de produtos, ou mercado geográfico

Fonte: Porter (2004)

Dessa forma, as empresas precisam se ater a uma ou mais dessas estratégias, podendo fazer uso de uma, duas ou de todas estas para que possam ganhar vantagem frente aos seus concorrentes no mercado mundial.

Indo ao encontro das estratégias genéricas desenvolvidas por Porter (2004), Hitt (2011) argumenta que as estratégias internacionais servem como base para a internacionalização da atuação das firmas, análise do ambiente de negócios. Para o autor, as possibilidades de inovação perpassam por questões como a perspectiva de ampliação do tamanho do mercado, retorno sobre investimento, economias de escala e aprendizado, e as vantagens da localidade.

Dessa forma, as estratégias internacionais das companhias precisam identificar as oportunidades internacionais, a partir da análise dos benefícios que podem ser encontrados nestes novos mercados via expansão da demanda potencial, ou a partir do retorno esperado sobre o investimento (HITT, 2011)

Além disso, há a possibilidade de implementação de um sistema de economia de escala e aprendizagem, que significa a companhia escolher locais nos quais o espaço geográfico possibilite a absorção de externalidades positivas relativo ao processo de inovação, e “em algumas indústrias, a tecnologia promove a globalização, pois as economias de escala necessárias à redução de custos ao nível mais baixo possível requerem um investimento maior do que o necessário para atender à demanda do mercado local” (HITT, 2011, p. 212)

Ainda, de acordo com o autor

Ao expandir seus mercados, as empresas podem desfrutar de economias de escala, particularmente em suas operações de manufatura. Levando em consideração o fato de uma empresa ser capaz de padronizar seus produtos ao longo das fronteiras territoriais e utilizar as mesmas instalações de produção ou outras semelhantes, coordenando, dessa forma, as funções críticas relativas aos recursos, é mais provável que se obtenham economias de escala melhores. (HITT, 2011, p. 214).

As companhias precisam explorar os recursos e as capacitações de seus empreendimentos a nível de negócios, a partir das estratégias:

- Multilocal: que é direcionada para o desenvolvimento de bens e serviços adaptados ao mercado local do país no qual a empresa se localiza, baseada na concorrência e nas características do mercado interno. Segundo Hitt (2011, p. 218), trata-se de uma estratégia descentralizada em que “o foco de uma estratégia multilocal é a concorrência em cada país”. Esse tipo de estratégia pode resultar em maior incerteza devido às diferenças entre mercados e na dificuldade em operar no sistema de produção em escala.

- Global: que é pautada em uma padronização da produção, sendo, pois, dirigida por um centro estratégico e direcionada para o consumo global. De acordo com Hitt (2011, p. 219) é necessário que “as unidades estratégicas de negócios, operando em cada país sejam interdependentes e o escritório central procura alcançar uma integração entre esses negócios”. O autor argumenta ainda que é possível, a partir da padronização a níveis globais, ter um nível de produção de escala.

- Transnacional: que é híbrida, em que a empresa procura “tanto eficiência global quanto responsividade local”. Representaria, portanto, uma coordenação flexível. Dessa forma, a estratégia transnacional permite uma rede integrada, possibilitando à empresa “gerenciar seus

contatos com clientes, fornecedores, sócios e dentre outros de uma maneira muito mais eficiente, em vez de recorrer a transações em que não há relação entre as partes” (HITT, 2011, p. 219).

Segundo Porter (2004), para participar de atividades internacionais, as firmas podem fazer uso de três mecanismos: licenças, exportações e IED. Dessa forma, as empresas, em uma primeira etapa, usariam de licenças e das exportações como forma de inserção no mercado externo, e após terem adquirido experiência, elas passariam a uma segunda etapa na qual se valeriam do IED para ampliar a sua atuação internacional. No que concerne à administração de negócios, é importante que a companhia identifique os riscos atrelados ao investimento em capital, as legislações institucionais locais dos países nos quais a companhia se instalará, as regras aduaneiras e de comércio interno, e riscos políticos e econômicos que dificultam a administração interna das companhias em empreendimentos internacionais.

Sendo assim, Vernon (1966), Krugman (1989) e Dunning (1980) analisam pontos fundamentais a respeito da internacionalização da produção, em que as vantagens para as firmas que decidam internacionalizar a sua produção poderiam ser de múltiplas naturezas, como a diminuição dos custos de produção, redução de custos de transação, especialização, acesso a sistemas de inovação, transferências tecnológicas, acesso a amplos mercados consumidores, vantagem competitiva e oferta de insumos.

A teoria do ciclo do produto desenvolvida por Vernon (1966) tem como base a observação de que um dos motivos para que as empresas busquem a diversificação internacional é em razão da necessidade de ampliação do ciclo de vida de um produto. Para Pessoa e Martins (apud. Vernon, 1966, p. 90), o referido autor via uma “[...] inadequação da teoria neoclássica do comércio à sua ênfase exclusiva nos custos relativos dos fatores produtivos e no conceito de vantagens comparativas (estáticas) como determinantes dos fluxos internacionais de comércio [...]”.

A teoria do ciclo do produto de Vernon (1966) seria, portanto, uma explicação dos fluxos de investimento estrangeiro direto dado que “um aumento na demanda em países estrangeiros justifica o investimento estrangeiro direto em capacidade de produção no exterior, especialmente por que os concorrentes se organizam, de igual modo, para atender à crescente demanda” (HITT, 2011, p. 211). Com a quebra de paradigmas tecnológicos na criação de novos produtos e processos, as técnicas de produção podem ser aperfeiçoadas, resultando em diminuição dos custos, mudanças induzidas nos gostos dos consumidores, movimento nas curvas de oferta, aumento da eficiência e da produtividade dos fatores. Nesse sentido, Cassano

(2002, p. 123) afirma que “foi sob o aspecto dos investimentos diretos que Raymond Vernon, em 1966, desenvolveu a Teoria do Ciclo do Produto. Para ele a vida de um produto é constituída de três fases: a introdução de um novo produto, a sua maturação e a sua padronização”.

Dessa forma, segundo esse pensamento, as empresas migram a sua planta de produção para países nos quais elas encontrem oportunidade de diferenciação de custos via, por exemplo, redução da remuneração dos fatores de produção.

Assim, de acordo com Pessoa e Martins (, 2007, p. 309) “as decisões sobre quando e onde investir em inovações de produtos são influenciadas pela evolução das vantagens comparativas de custos”.

Vernon (1966) considera que os países desenvolvidos são aqueles que detêm o monopólio da tecnologia e do comércio de produtos tecnológicos, e, portanto, o conhecimento não seria um bem universal. Baseado nisso, Krugman (1989) desenvolve um modelo com uma análise Norte-Sul de comércio internacional, com dois países e um fator de produção. À vista disso, o Norte representaria o país inovador e o Sul o país não inovador que é responsável pela produção de tecnologia já no estado de maturidade. Portanto, o país representado pelo Sul necessita de um período de tempo para ser capaz de imitar a nova tecnologia.

Para Dunning (1980), as firmas vão engajar em uma produção internacional seguindo uma análise de três fatores determinantes. São eles:

- Capacidade de possuir ou adquirir ativos que seus concorrentes ou possíveis concorrentes não possuem;
- Avaliação do interesse em vender ou arrendar esses ativos para as outras firmas, ou fazer uso deles internalizando-os;
- Avaliação do ponto que é rentável explorar esses ativos em conjunto com os recursos domésticos em outro país relativamente ao seu país de origem.

Quanto maiores as vantagens específicas de propriedade e os atrativos advindos de economias estrangeiras, maiores os incentivos em prol da internacionalização. O autor supracitado afirma ainda que

O incentivo básico de uma empresa para internalizar seus dotes de propriedade é evitar as desvantagens, ou capitalizar sobre as imperfeições, de um ou outro dos dois principais mecanismos externos de alocação de recursos - o mercado ou sistema de preços e o decreto da autoridade pública. As falhas de mercado surgem quando os custos de negociação ou transação são altos, onde as economias das atividades interdependentes não podem ser totalmente capturadas e onde as informações sobre o

produto ou serviço sendo comercializado não estão prontamente disponíveis ou são caras para adquirir.¹⁹ (DUNNING, 1980, p. 11) (Tradução Nossa).

Além disso, Dunning (1980) analisou que possivelmente a intervenção do governo na alocação dos recursos na economia poderia servir como um incentivo para as firmas decidirem pela internacionalização. Dessa forma, as regulamentações governamentais sobre a produção e a licença tecnológica, o sistema de patentes, o diferencial de impostos e a política de taxas de juros serviriam como parâmetros de análise, na medida em que, as multinacionais poderiam querer evitá-los ou explorá-los. Logo, ele desenvolve uma teoria eclética da internacionalização, na qual ele coloca como determinante chave do seu modelo as vantagens em relação a localização, a propriedade e a internacionalização, também conhecido como *Ownership, Location and Internationalization (OLI)*. Portanto, as vantagens comparativas que a empresa poderá adquirir com o IED dependerão de como a empresa explorará esse conjunto de vantagens.

Os resultados advindos da elaboração de um plano estratégico podem concretizar a permanência das empresas transnacionais e viabilizar um bom desempenho da companhia nos mercados globais no longo prazo.

¹⁹ The basic incentive of a firm to internalize its ownership endowments is to avoid the disadvantages, or capitalize on the imperfections, of one or the other of the two main external mechanisms of resource allocation—the market or price system and the public authority fiat. Market imperfections arise wherever negotiation or transaction costs are high, wherever the economies of interdependent activities cannot be fully captured, and wherever information about the product or service being marketed is not readily available or is costly to acquire (DUNNING, 1980, p.11).

4 CONTEXTUALIZANDO A ECONOMIA CHINESA

O desenvolvimento econômico chinês, dos últimos 70 anos, mostra-se um processo complexo - ainda em andamento - sob os múltiplos ângulos que se possa analisá-lo. De economia primordialmente agrária, a China passa por uma revolução comunista liderada por Mao Tsé-Tung em 1949 que funda a República Popular da China, implementando um novo regime político, de partido único, Partido Comunista Chinês (PCC), abolindo, quase que por completo, a propriedade privada dos meios de produção no país.

Desse processo, os caminhos da nação são radicalmente revertidos. Inicialmente, Mao tinha o propósito de “libertar” a China das influências estrangeiras, principalmente, do Japão e dos EUA. O novo regime vigente chinês passa a nutrir relações frutíferas sino-soviéticas²⁰, que são rompidas na década de 1950, entre outros motivos, por diferenças na visão de Mao e dos líderes soviéticos em relação à internacionalização do sistema socialista. A China, sob a liderança Maoísta, tinha sua estratégia econômica pautada na industrialização de base da economia e no desenvolvimento da agricultura como meio para a superação do subdesenvolvimento da produção interna Chinesa e do “atraso” industrial do país em relação as potências capitalistas e a URSS. Em 1952, o valor em dólares do PIB Chinês não chegava aos US\$ 30,55 bilhões, e em 1970 chegou a ser calculado ao redor de US\$ 92,60 bilhões. A média de crescimento do PIB chinês do período de 1953 a 1970 foi de aproximadamente 7,86% ao ano (NATIONAL BUREAU OF STATATISTICS OF CHINA²¹)

Para Sukup (2002, p. 82-83)

Os pragmáticos chineses parecem nutrir a idéia básica que permitiu no passado os êxitos do Japão e dos “tigres asiáticos”: integrar-se ao mundo ainda dominado pelo Ocidente de maneira dinâmica, mas prudente, negociada e não imposta, sem deixar-se dominar. [...]O “comunismo chinês”, no fundo, sempre foi talvez mais “chinês” do que “comunista”. Isto é, nacionalista e herdeiro de uma tradição milenar que considera a China não apenas como um país qualquer, mas como a civilização central da humanidade.

O Estado Chinês sob o comando de Mao passa a “dirigir” a economia, a partir de estruturas econômicas celulares, sob as concepções de que “o desenvolvimento passa, invariavelmente, pelo estabelecimento de uma forte indústria de base e pela burocratização do

²⁰ A China adota o modelo soviético de economia baseado na propriedade estatal, socialização industrial, grandes unidades coletivas na agricultura e na centralização do planejamento econômico. (BARBOSA; DABAT, 2015; HEILMANN, 2012).

²¹ Dados disponível em: <http://www.stats.gov.cn/english/>

Estado centralizado” (BARBOSA; DABAT, 2015, p.2). O planejamento econômico era concebido através da formulação de planos quinquenais²² que visavam organizar a economia a partir de metas de desenvolvimento da indústria e da agricultura.

Os métodos de administração governamental do Partido Comunista Chinês (PCC), já nesse período, são da administração por meio da experimentação e do aprendizado. Ora, num cenário de um governo revolucionário cujo único parâmetro e exemplo concreto era a URSS, necessitava-se de cautela e o aprendizado para que conseguisse se manter no poder. Dessa forma, as políticas adotadas nas províncias chinesas têm seu alicerce nesse processo de aperfeiçoamento, denotando certa sofisticação das políticas desenvolvidas pelo partido, a partir das experimentações e do aprendizado local.

Segundo Heimann (2012, p. 2) “a abordagem ponto-a-superfície chinesa envolve um processo político que é iniciado a partir de "ponto experimentais" individuais e impulsionado pela iniciativa local com o apoio formal ou informal de formuladores de políticas de alto nível”²³. (Tradução Nossa)

O Primeiro Plano Quinquenal²⁴ Chinês foi apresentado em 1953, não tão ambicioso quanto os planos que o sucederam, mas representou avanços importantes em prol da recuperação econômica, sendo o primeiro a estipular metas que representariam a transição de uma economia de base agrícola para a uma economia industrial. A China começa a se destacar na produção de energia elétrica, aço, carbono e algodão, sendo o país um dos maiores produtores destes bens, e a produção agrícola a responsável por financiar o desenvolvimento industrial nacional (BARBOSA; BADAT, 2015).

O Segundo Plano Quinquenal Chinês que data de 1958 a 1963 foi o mais emblemático. Denominado de O Grande Salto Adiante, representou a tentativa de Mao de acelerar o desenvolvimento da indústria pesada e da agricultura, a partir da implementação das comunas populares no campo em substituição às antigas cooperativas de produção agrícola e a supressão quase que definitiva da propriedade privada em território chinês.

À vista disso, aconteceu, não apenas um movimento de transformação econômica, mas também social e cultural. Investimentos na agricultura passaram a se sobressair aos investimentos nas indústrias de base localizadas nas áreas urbanas do país. A implementação

²² Herança do modelo de sistema econômico planejado soviético, que formulava planos de industrialização dirigidas baseados em metas o país deveria alcançar a cada cinco anos. Ver (BARBOSA;DABAT, 2015) e (SUKUP, 2002)

²³ “The Chinese point-to-surface approach entails a policy process that is initiated from individual "experimental points" and driven by local initiative with the formal or informal backing of higher-level policy-makers”

²⁴ O I plano quinquenal foi de 1953 a 1957.

de medidas que diminuíssem as diferenças estruturais entre o campo e a cidade, transferindo intelectuais para as comunas, assim como incentivando a produção de cultura e a disseminação de políticas educacionais nas áreas camponesas. Segundo Barbosa e Dabat, (2015 *apud*. BERGÈRE, 1979, p. 39)

Os planejadores preocuparam-se também em restabelecer certo equilíbrio geográfico na distribuição das zonas produtivas. As regiões litorâneas onde, sob o impacto da presença estrangeira, se haviam desenvolvido os principais bolsões de indústrias modernas, são relativamente abandonadas. Recebem apenas 44% dos investimentos, contra 55% para as províncias do interior.

Embora o primeiro e o segundo plano tenham alavancado a industrialização chinesa, dado a evolução, no período, da produção industrial, assim como possibilitaram processos de modernizações institucionais, e a diminuição das diferenças sociais entre o campo e as cidades chinesas, o II plano quinquenal não resultou no crescimento econômico esperado. Procedimentos equivocados aplicados na agricultura, a saída de técnicos soviéticos do país, assim como as secas e inundações resultaram em um período de grande fome.

Para superar os problemas gerados pelo segundo plano quinquenal e também recuperar a sua liderança sobre o país, Mao inicia, em 1966 a campanha da Revolução Cultural Chinesa, revolução esta que foi bem-sucedida, contribuindo para manter o regime fechado até 1976. Quatro planos quinquenais foram elaborados no período de 1949 a 1975, tendo como objetivos centrais o desenvolvimento industrial e agrícola, com foco na produção de bens específicos, como aço e grãos. O único período no qual não houve a elaboração de um projeto *ex-ante* de metas para a economia chinesa, pós 1949, foi entre 1963 e 1965. (Ver Apêndice A).

É possível observar que nos primeiros planos quinquenais, os formuladores de política interna estavam em um período exploratório, de criação de um sistema nacional, visando o desenvolvimento da nação a partir de um projeto arquitetado para o médio e longo prazo. É possível analisar, também, que a evolução e o ajustamento dos planos frente às mudanças que ocorreram ao longo das décadas do século XX na economia Chinesa foram em prol da adaptação às mudanças na indústria, na agricultura, na saúde, na governança, na ciência e tecnologia.

Além dos planos quinquenais, em 2006 a China lançou um programa de médio e longo prazo tendo como finalidade o desenvolvimento de C&T, o MLP 2006-2020, com o horizonte de 15 anos e a pretensão de abranger três planos quinquenais, representando um marco da institucionalização da política de fomento do processo de inovação no país. Entre as metas estipuladas pelo MLP estão: meta de investimento em P&D de 2,5% do PIB, elevação

da contribuição da tecnologia para o crescimento econômico em mais de 60%, limitar em até 30% a dependência chinesa de tecnologias importadas e aumentar o número de patentes registradas no país. (ARBIX *et al*, 2018).

Mais recentemente, em 2015, a China lançou o projeto MIC2025,²⁵ demonstrando que progressivamente, através do planejamento estratégico da economia, vem numa progressiva desde da implementação do novo sistema de governo e de planos quinquenais, avançando no que diz respeito ao seu processo produtivo, num esforço de *upgrade* dos produtos e processos produtivos, investindo em tecnologias *state of the art*, estruturando internamente um sistema de inovações consistente. De acordo com Arbix *et al*. (2018, p.146) “a elevação do patamar produtivo da economia chinesa, propiciada pelo surgimento de novos segmentos, complexos industriais e proliferação de empresas inovadoras, insiste em desafiar análises econômicas as mais diversas”.

4.1 China e o protecionismo econômico

Como exposto na análise das teorias do protecionismo estratégico econômico, proteger o mercado interno representava uma forma estratégica de desenvolvimento para as economias de industrialização tardia. A China, portanto, entraria na categoria dos atrasados dos atrasados juntamente com os países da América Latina, como citado anteriormente, no que diz respeito à industrialização, na medida em que o *catching up* se torna uma tarefa difícil, que talvez, apenas com um planejamento central e dirigido de longo prazo seja possível gerar os resultados de desenvolvimento almejados, tendo como referência os países centrais do sistema.

De acordo com Jesus *et al* (2010, p. 791)

o principal fator subjacente ao rápido desenvolvimento da China durante os últimos 50 anos é sua capacidade de dominar e acumular recursos novos e mais complexos, refletidos no aumento da diversificação e sofisticação de sua cesta de exportação. Essa acumulação foi induzida por políticas e não resultado do mercado, e começou antes de 1979. Apesar de seus muitos erros de política, se a China não tivesse agido dessa

²⁵ O Ministério da Indústria e Tecnologia da Informação do governo Chinês divulgou em 2015 o documento Made in China (MIC) 2025, que representava para 2025 a liderança da China nos setores de robótica, tecnologia da informação e energia limpa, entre outros. O MIC 2025 foca em 6 projetos de Big Science que tem seu horizonte 2049, no centenário da revolução chinesa, em que o governo planeja que o país será uma grande potência em pesquisa e inovação no mundo. O objetivo é explorar a base de consumidores domésticos cada vez mais rica, bem como o segmento de *sourcing* global de valor agregado.

forma, com toda probabilidade seria um país muito mais pobre hoje²⁶(Tradução Nossa).

O desenvolvimento chinês passa pelas políticas protecionistas, de economia fechada, com alto investimento no setor industrial, principalmente na indústria de base, e tem no planejamento central um instrumento de soberania nacional a partir do investimento em setores estratégicos da economia, em prol da coletividade, ao largo dos interesses individuais e da propriedade privada. De acordo com Sukup (2002, p.88) é possível apresentar similaridades entre o processo de desenvolvimento da China com o dos “Estados Unidos do século XIX, quando medidas protecionistas, *nation building*, construção de estradas de ferro, progressos em educação e aprendizagem tecnológica, entre outros fatores, transformaram este país em grande potência industrial e militar”

À vista disso e das teses protecionistas, as políticas de proteção da economia nacional não tinham um fim em si mesmas, elas eram um componente de todo um projeto de desenvolvimento econômico e social que resultaria na capacidade dos empreendimentos nacionais de competir em paridade no comércio internacional. Ora, a diversificação da produção industrial nacional, ou seja, a posse dos fatores produtivos por agentes chineses, a produção industrial com maior valor agregado e tecnologia intensivos.

Para Rodrick (2006, p. 4)

A China também não é uma história simples de especialização de acordo com a vantagem comparativa. Embora as exportações de mão de obra intensiva (brinquedos, roupas, montagem simples de eletrônicos) sempre tenham desempenhado um papel importante na cesta de exportação da China, a China também exporta uma ampla gama de produtos altamente sofisticados²⁷. (Tradução Nossa).

A China foi um dos países que usou e ainda usa - apesar da progressiva redução de tarifas - políticas de proteção do mercado interno e da produção nacional, através da burocracia estatal, do sistema de financiamento público de crédito e do planejamento econômico.

Desse modo, as inversões, a produção e a alocação dos bens de capital na economia interna são coordenadas por planos econômicos estruturados através de metas e diretrizes

²⁶The key factor underlying China’s fast development during the last 50 years is its ability to master and accumulate new and more complex capabilities, reflected in the increase in diversification and sophistication of its export basket. This accumulation was policy induced and not the result of the market, and began before 1979. Despite its many policy mistakes, if China had not proceeded this way, in all likelihood it would be a much poorer country today. (JESUS *et al* 2010, p. 791).

²⁷Neither is China a simple story of specialization according to comparative advantage. While labor intensive exports (toys, garments, simple electronics assembly) have always played an important role in China’s export basket, China also exports a wide range of highly sophisticated products”. (Rodrick, 2006, p. 4).

centradas num objetivo comum, que no caso chinês rumava ao desenvolvimento da nação com poucos entraves como a dependência externa, vulnerabilidade a desequilíbrios do setor externo, e dívida externa²⁸.

A partir de 1980, a economia chinesa passa a ser considerada uma economia de sistema misto – com a criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) e a implementação do Socialismo de Mercado – de aumento dos fluxos de comércio entre a China e o mundo com a entrada de investimentos externos na economia. Nesse processo de transição representado pela progressiva abertura, a China passa a tornar-se um dos países que mais participa do comércio internacional, com uma *share*, em 2002, de 6% do fluxo de comércio global. (RODRICK, 2006). Importante salientar que foi no período Maoísta em que teve início o desenvolvimento da infraestrutura chinesa, assim como a criação dos grandes sistemas fabris, melhorias educacionais e progresso social.

As medidas protetivas, assim como a política do aprendizado e de flexibilidade das políticas locais permitiram que o setor industrial se desenvolvesse e entrasse no mercado mundial competitivo com uma base sólida industrial que possibilitasse a absorção do capital externo de forma eficiente e agregadora ao seu processo de desenvolvimento.

Em relação ao nível de protecionismo chinês, o gráfico 3 apresenta o volume de importações na economia chinesa como porcentagem do PIB no período de 1960 a 2019. Os dados do referido gráfico mostram que houve um aumento significativo do volume de importações a partir da década de 1980, com picos no período de 2004 a 2008, com quedas sucessivas de 2010 a 2019. De 2006 a 2018 houve uma queda do comércio internacional como proporção do PIB Chinês. Assim, a partir dos dados da referida tabela, o volume de importações tinha pouca significância em relação ao PIB no período de 1960 a 1988. Para Romer (1993), a medida de abertura de uma economia pode ser analisada em termos da participação das importações no produto interno.

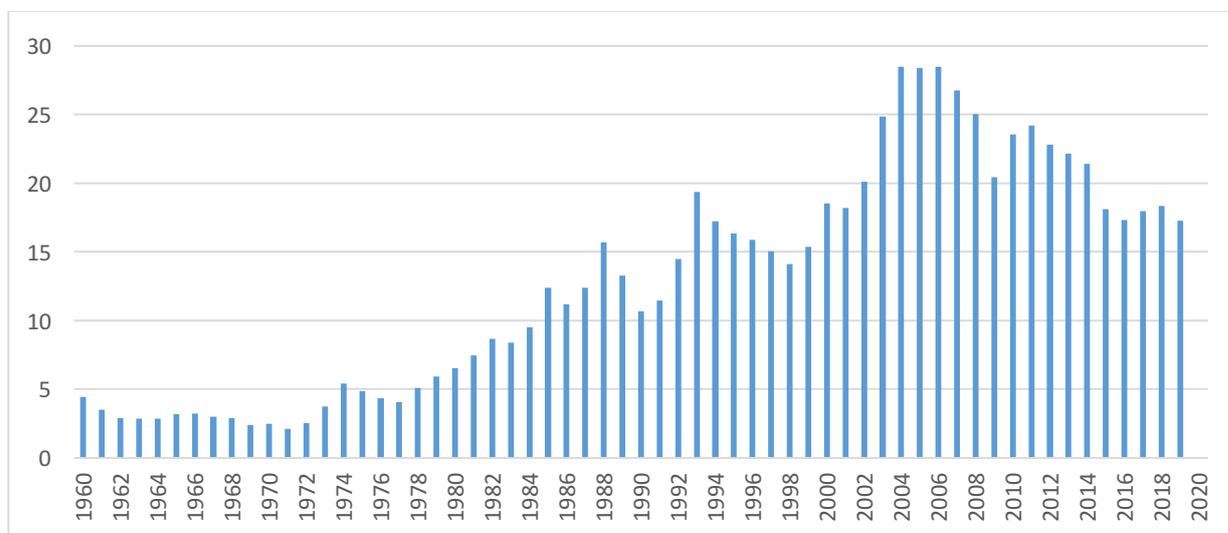
Segundo Rodrick (2006, p. 3-4) na China

no início da década de 1990, as tarifas ainda eram em média acima de 40% (entre as mais altas do mundo na época), com dispersão significativa e alíquota máxima acima de 200%. Embora o mercado interno fosse altamente protegido, o efeito penalizador dessas tarifas sobre a produção de exportação foi neutralizado por meio de reduções de tarifas e outros incentivos para projetos de investimento voltados para a exportação. Os mercados de câmbio não foram unificados até 1994. Os investidores estrangeiros foram confrontados com requisitos para formar joint ventures, transferir tecnologia para parceiros locais e adquirir seus insumos localmente. E a corrupção e o fraco

²⁸ A vulnerabilidade externa, assim como o excessivo endividamento externo representaram entraves para o processo de desenvolvimento de longo prazo dos países da América Latina. (TAVARES, 1981).

estado de direito continuam a ser problemas significativos. Portanto, a China não é uma história direta de crescimento das exportações obtido por meio da abertura comercial e das forças do mercado livre²⁹ (Tradução Nossa).

Gráfico 3 - Importações de Bens e Serviços como porcentagem do PIB da China de 1960 a 2019



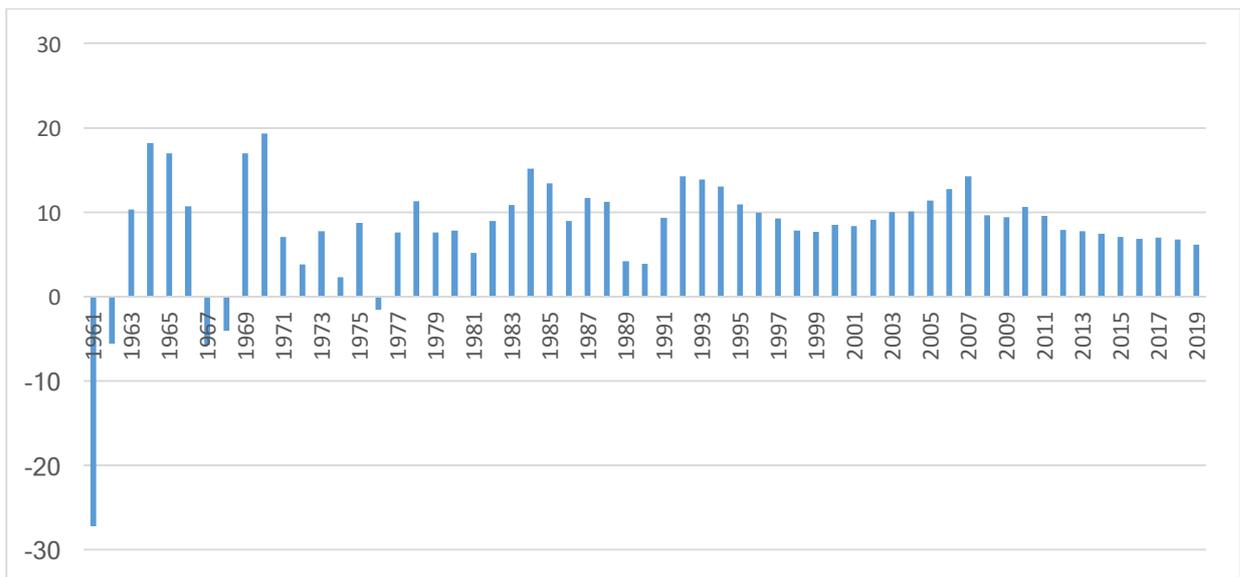
Fonte: Banco Mundial

Apesar do relativo fechamento em relação as importações de bens e serviços, as importações de equipamentos industriais soviéticos no período do I e II Plano Quinquenal foi de importância central que possibilitou o início da industrialização chinesa. As importações chinesas, no período dos dois planos, eram financiadas com as exportações de bens agrícolas, que foram suspensas no período da grande fome (1959–1963), no que a pauta de importações muda de bens de capital para bens agrícolas. Durante todo o período de administração Maoísta, houve uma preponderância das importações chinesas de bens de capital. Com a expansão do controle estatal sobre a economia e a quase total extinção de empreendimentos privados no país, o governo Chinês tentava integralizar ao sistema econômico o território agrário a oeste do país, uma forma de descentralização dos centros dinâmicos da economia em direção ao interior do país.

²⁹ In the early 1990s, tariffs still averaged above 40 percent (among the highest in the world at the time), with significant dispersion and a maximum rate above 200%. While the home market was highly protected, the penalizing effect of these tariffs on export production was neutralized through duty drawbacks and other incentives for export oriented investment projects. Currency markets were not unified until 1994. Foreign investors were straddled with requirements to form joint ventures, transfer technology to local partners, and source their inputs locally. And corruption and weak rule of law remain significant problems. So China is not a straightforward story of export growth achieved through trade openness and free market forces. RODRICK, 2006, p. 3-4).

A partir dos dados fornecidos pelo Gráfico 4, o PIB Chinês, no período de 1961 a 1979, cresceu a uma média de, aproximadamente, 5% ao ano. Apesar da queda expressiva ocorrida no ano de 1961, com resultado negativo de -27%, recuperando, no ano de 1963, com um crescimento de 10%. Dos anos de 1980 a 2019, a média de crescimento do PIB chinês foi de, aproximadamente, 9% ao ano. Logo, a economia chinesa, desde os anos 60 do século XX, cresce a taxas médias significativas, o que talvez possa ser considerado o milagre chinês, de crescimento médio contínuo de longo prazo.

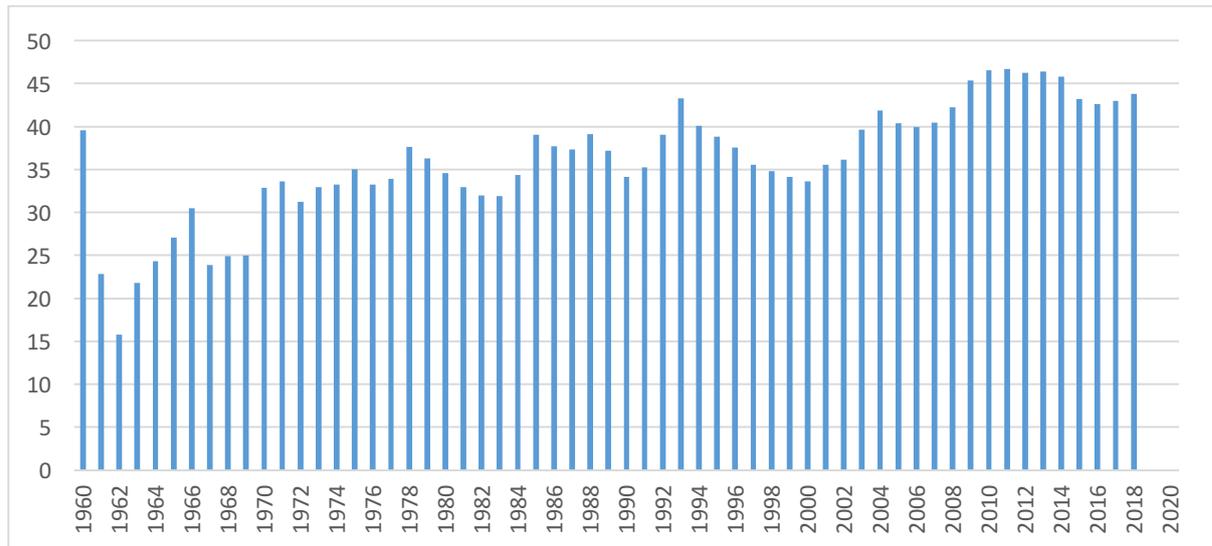
Gráfico 4 - Crescimento do PIB Chinês (%) de 1960 a 2019



Fonte: Banco Mundial

As taxas de investimento em capital Chinês na relação com o PIB, apresentadas no Gráfico 5, fornecem dados calculados a partir da compra de novas instalações e equipamentos para empresas. Em 2011, o investimento em capital, como parcela do PIB, chegou a 47,82%, sendo o maior valor registrado da série histórica. A média de todo o período, 1960 a 2018 atingiu, aproximadamente, 36%. A manutenção dessas altas taxas de investimento em capital – a média mundial em 2018 foi de 24,31% - pode representar uma das causas do crescimento do PIB chinês de longo prazo, sendo, portanto, já em 2013 uma das maiores economias industriais e exportadoras do mundo. Segundo Moreira (2005, p.30) “Mesmo após vinte e seis anos de reformas, 59% do investimento total da economia chinesa permanece nas mãos do Estado. O sistema financeiro continua dominado por bancos estatais”.

Gráfico 5 - Formação Bruta de Capital Fixo como porcentagem do PIB da China de 1960 a 2018



Fonte: Banco Mundial

É possível analisar que as políticas de promoção da industrialização da economia interna e de proteção do mercado doméstico estruturaram o que hoje representa a potência industrial chinesa, assim como ocorreu nos países conhecidos como tigres asiáticos (RODRICK, 2006). Todavia, não seria possível inferir causalidade entre o regime de políticas protecionistas e a evolução da pauta de exportação, que passou de bens agrícolas para bens industriais sofisticados. Entretanto, é plausível depreender que as políticas de substituição de importações e a imposição de tarifas de comércio tiveram importância fundamental para esse processo. Nessa perspectiva, Moreira (2005) ressalta que mesmo após a abertura econômica dos anos 80 e 90 do século XX, período das reformas,

a China entrava no mercado mundial construindo um modelo de desenvolvimento muito similar ao de outros tigres asiáticos. Isto é, um modelo de crescimento com forte intervenção do Estado nos mercados de produto e fatores e com o único e claro objetivo de promover a industrialização via expansão das exportações. (P. 29).

O autor supracitado aponta que as firmas nacionais, mesmo após as reformas estruturantes, abertura ao capital estrangeiro e a entrada da China na OMC, continuaram a ter uma série de privilégios concedidos pelo governo chinês, dentre os quais: uma oferta ilimitada de crédito através de bancos estatais; um sistema público de inovação, que contribuiu para a difusão do conhecimento e a redução dos custos e riscos da inovação; conglomerados de empresas públicas com generosos incentivos fiscais para os chamados

“capitães nacionais”; um regime de propriedade intelectual seletivo que proporcionou a redução dos custos de imitação, cuja finalidade era a absorção de tecnologia estrangeira.

O crédito comercial concedido por bancos comerciais, em sua maioria, estatais, e outras instituições depositárias as empresas não financeiras, incluindo empresas domésticas e estrangeiras de capital público e/ou privados aumentou de ¥ 61.752,73 bilhões em 2015, para ¥ 104.815,78 bilhões em 2020 (NATIONAL BUREAU STATISTIC OF CHINA³⁰).

Ainda em relação às empresas nacionais chinesas, elas se beneficiam de um regime protetivo, dual e seletivo, de comércio e investimentos que faz com que os exportadores tenham livre acesso a importação de insumos a preços internacionais competitivos. (MOREIRA, 2005).

Além disso, existem restrições (aplicada mais severamente nos trinta anos de regime Maoísta) à competição dos produtos importados no mercado interno, assim como a seletividade em termos da origem de propriedade das empresas, em que, as empresas estrangeiras que procuram vender no mercado interno enfrentam todo o tipo de restrições e condicionantes, enquanto que as empresas exportadoras beneficiam-se de generosos incentivos fiscais, principalmente, as que têm suas sedes nas ZEEs. (MOREIRA, 2005).

A Tabela 2 apresenta a participação dos setores da economia no PIB no período de 1990 a 2007. A partir da análise dos dados da tabela, constata-se que o setor secundário é preponderante, com uma participação de mais de 50% na formação de riqueza da economia chinesa. Ou seja, a produção industrial chinesa lidera o crescimento da economia, sendo seguida pelo setor terciário, que apesar de ter uma tendência de alta no período de 1990 a 2005, apresenta uma queda em 2007.

³⁰ Dados disponíveis em: <http://www.stats.gov.cn/english/Statisticaldata/AnnualData/>

Tabela 2 - Participação dos Setores da Economia no PIB da China do período de 1990 a 2007

Ano	Setor Primário	Setor Secundário (indústria e setor de construção)	Setor Secundário (indústria)	Setor Terciário
1990	41,7	41	39,7	17,3
1992	8,4	64,5	57,6	27,1
1994	6,6	67,9	62,6	25,5
1996	9,6	62,9	58,5	27,5
1998	7,6	60,9	55,4	31,5
2002	4,6	49,7	44,4	45,7
2005	6,1	53,6	47	40,3
2007	3,6	54,1	48,2	24,3

Fonte: Jabbour (2010, p. 167).

No caso do setor primário da economia, a partir do ano de 1992, a participação desse setor no PIB não ultrapassa de 10%. Nesse sentido, Jabbour (2010, p. 168) argumenta que “pode-se reparar um certo “exagero” do fator primário no crescimento de 1990, mas esse ano foi de menor crescimento desde 1978, e as reformas no campo já estavam muito bem consolidadas”

4.1.1 *Legislação e Tarifas*

Como uma economia fechada que passou por um processo de gradual abertura aos fluxos de comércio internacional, as taxas alfandegárias e as barreiras seletivas às importações foram progressivamente reduzidas a partir de 1980, e, principalmente, após a entrada da China na OMC em 2001, em que o país “tem procurado liberalizar sua política comercial e de investimentos [...] de unificar o regime de comércio e de eliminar restrições setoriais ao investimento direto” (MOREIRA, 2005, p. 30). As Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), dentre elas Shenzhen, Zhuhai, Shantou, Xiamen e a província de Hainan; as cidades abertas e as zonas de comércio exterior têm um sistema de redução e isenções preferenciais de impostos.

Ainda assim, a alfândega chinesa cobra tarifas de importações divididas em seis categorias, dentre elas: as tarifas gerais; as taxas de nação mais favorecida (MFN); as tarifas

de Contrato; as tarifas preferenciais; as tarifas de cota tarifária e as tarifas provisórias. O governo chinês pode aplicar taxas tarifárias significativamente mais baixas que a taxa MFN³¹ para países signatários da OMC, publicadas para bens que o governo identificar como necessários para o desenvolvimento de um setor chave da economia. (THE CUSTOMS CLEARANCE HANDBOOK, 2016).

Um dos exemplos da flexibilidade em relação à administração aduaneira chinesa é a preferência tarifária e redução para os setores automotivos, siderúrgico e químico, e alguns dos setores que o governo chinês anunciou estar promovendo como semicondutores e de *software*. (MOREIRA, 2005).

Além das tarifas normais, as empresas estrangeiras e domésticas são obrigadas a pagar um imposto sobre o valor agregado (IVA). Tal imposto é calculado sobre as vendas e sobre as importações de mercadorias e serviços de processamento, reparos e substituição. Pela OMC, a China é obrigada a dar tratamento tributário igualitário aos produtos nacionais e aos importados. Contudo, o IVA é cobrado regularmente sobre as importações, enquanto que os produtores domésticos geralmente não pagam esses impostos. Há a possibilidade de desconto de até 17% para determinadas exportações, que geralmente são reajustadas pelo governo para estarem em consonância com as metas da política industrial. (THE CUSTOMS CLEARANCE HANDBOOK, 2016).

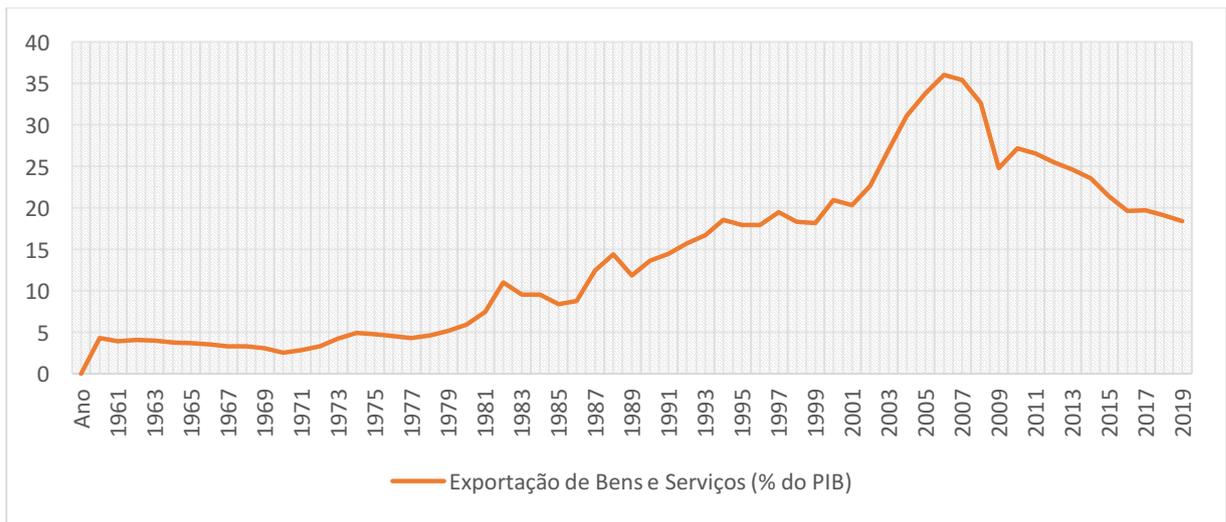
A China cobra uma taxa de imposto sobre a renda corporativa de 25%, tendo exceção as empresas qualificadas de pequena escala e de baixo lucro (20%); as empresas de alta tecnologia (15%); as de investimentos em conservação de recursos e água, proteção ambiental; e segurança do trabalho. Antes de entrar na OMC, e ainda depois, a China foi constantemente acusada de ter um sistema jurídico de baixa proteção à propriedade intelectual, de favorecimento às empresas nacionais, sendo as empresas estatais e de propriedade nacionais protegidas por seletividade em relação à aplicação de regulamentos, tornando as IEDs mais vulneráveis à transferência de tecnologia involuntárias.

O Gráfico 6 apresenta dados sobre as exportações de bens e serviços como porcentagem do PIB Chinês no período de 1960 a 2018. Observa-se que em 1960, as as exportações giravam em torno de 5%, e em 2004, representavam cerca de 28,44%. Nota-se

³¹ Nação mais favorecida ou Most-favoured-nation é um princípio que rege as relações de comércio estabelecidos no âmbito da OMC na qual os países normalmente não podem discriminar entre seus parceiros comerciais. Se um país conceder um favor especial (como uma taxa alfandegária mais baixa para um de seus produtos), ele terá que fazer o mesmo para todos os outros membros da OMC. Disponível em: <https://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/tif_e/fact2_e.htm>. Acesso em: 14 ago. 2020.

na série histórica representada no referido gráfico, uma tendência de crescimento a partir de 1980, tendo no ano de 2006 o pico da série com um valor de 36,04%, de acordo com Jesus et al. (2010, p. 797) “aqueles que criticam hoje o papel do crescimento liderado pelas exportações na política da China não percebem que o verdadeiro motor do crescimento tem sido o aumento soberbo na sofisticação de sua cesta de exportação”³² (Tradução nossa).

Gráfico 6 - Exportação de Bens e Serviços como Porcentagem do PIB da China entre 1960 a 2018



Fonte: Banco Mundial

As políticas protecionistas chinesas não se resumem, apenas, na implementação de uma administração aduaneira ativa, mas também na regulação e no sustentáculo de uma taxa de câmbio competitiva, que permita com que os produtos chineses ganhem, via preços, a competitividade no exterior. A moeda chinesa é o renminbi, que tem como unidade de conta o Yuan. No ano de 1994, o Yuan era cotado em 8,62 unidades de dólar, mantendo a cotação acima desse valor até 2006. Isso significa taxas desvalorizadas da moeda chinesa em relação ao dólar.

De acordo com Bresser-Pereira e Gala (2010, p. 670)

uma taxa de câmbio competitiva estimula os investimentos orientados para a exportação e aumenta correspondentemente a poupança interna. Estimula os investimentos das empresas que usam tecnologia no estado da arte mundial, as quais

³² “those who criticize today the role of export-led growth in China’s policy miss the point that the true driver of growth has been the superb increase in sophistication of its export basket” (JESUS et al. 2010, p. 797.)

não seriam competitivas no plano internacional se a taxa de câmbio fosse cronicamente sobre- apreciada.

O Banco popular da China faz a administração cambial mantendo altas taxas de troca do Yuan em relação ao dólar americano. O nível alto do câmbio com o dólar é possibilitado pelo acúmulo de reservas - dado o aumento dos fluxos comerciais da China com o resto do mundo e a entrada de investimentos externos - que em 2014 registrou seu maior volume de, aproximadamente, \$ 3,222,894.5 milhões³³.

Nesse sentido, Jabbour (2010, p. 227) argumenta que no ano de 2002 houve

um “pico cambial” que coincide com outro processo: o da admissão da China à OMC, que também coincide com o “piso” em matéria de tributação sobre importações. [...]. Desde então, a utilização de uma “cesta de moedas”, ao mesmo tempo em que buscava certo resguardo com relação às oscilações do dólar, também permitiu que a China iniciasse um processo de valorização metódica do yuan em relação ao dólar.

Portanto, baseado nas informações expostas nesta seção, é possível assumir que a China se valeu do protecionismo da sua economia doméstica, principalmente após a revolução de 1949, a partir de um sistema de economia planejada, visando o longo prazo, com a definição de metas claras com foco no progresso industrial, não abandonando parte dessas estruturas burocráticas, mesmo após a abertura econômica e as reformas estruturantes.

4.2 Entrada do Investimento Estrangeiro Direto na economia chinesa

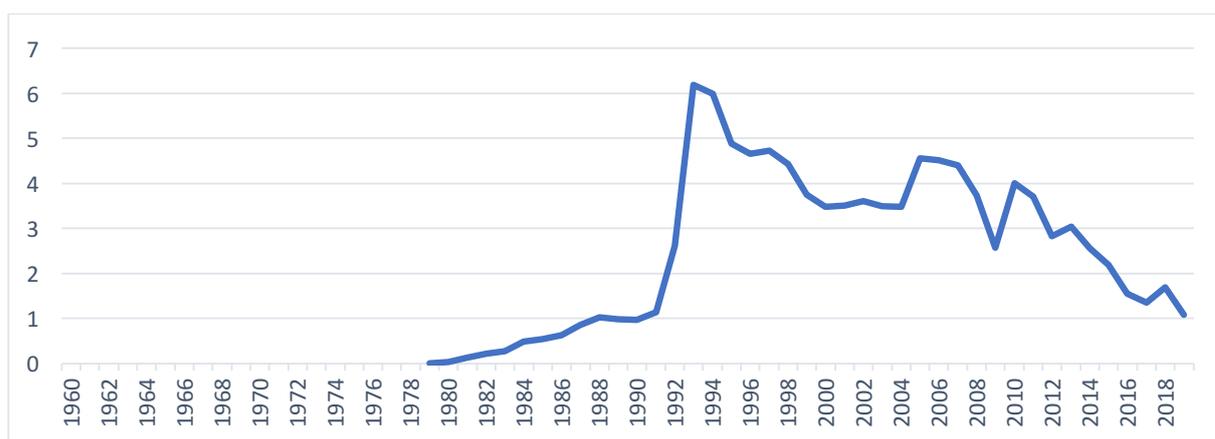
A abertura da economia chinesa ocorreu de forma gradual, com a coordenação e administração do Estado Nacional, sob o comando de Deng Xiaoping³⁴. Nesse processo, foram selecionadas áreas especiais nas quais essa categoria de investimento poderia se instalar no país. Tais áreas, conhecidas como Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), formavam um conjunto de parques industriais, em setores pré-estipulados pelo governo, cujos investimentos provinham de empresas manufatureiras orientadas às exportações.

³³ World Bank data; International Monetary Fund, International Financial Statistics and data files. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/FI.RES.TOTL.CD?end=2019&start=1960&view=chart>

³⁴ Ascendeu em 1950 como secretário geral do PCC e em 1960 foi fundamental na reconstrução da economia chinesa após o fracasso do Grande Salto Adiante. Após a morte de Mao em 1976 foi afastado do poder temporariamente por Hua Guofeng, este que deu início ao processo que resultou na prisão do Bando dos Quatro, o que possibilitou a discussão sobre o legado de Mao de modo que o Partido Comunista Chinês pudesse entrar em uma nova etapa, dando início a um programa de reformas estruturais nas 4 modernizações focadas nas áreas: Agricultura, Indústria, Defesa e Ciência e Tecnologia. Implantou a “economia de mercado” e realizou uma política de aproximação com o Japão e os Estados Unidos, atraindo capitais estrangeiros para o país. Reaproximou-se do governo soviético em 1989 e, junto com Mikhail Gorbachev, anunciou a normalização das relações entre a China e a União Soviética. (VOGEL, 2011).

No que se refere à entrada líquida de IED na China em relação ao PIB, no período de 1960 a 2019, de acordo com o Gráfico 7, as entradas só começam a ser significativas a partir do final da década de 1970, crescendo a taxas ainda tímidas até, aproximadamente, o começo da década de 1990. O valor médio de entrada líquida de IED no período de 1979 a 2018 foi de, aproximadamente, 2,62% em relação ao PIB. Na década de 1990 a 2000, é possível perceber que foi o período da série coletada de maior volume de entrada líquida de IED como porcentagem do PIB, que em 1994, chegou a quase 7%.

Gráfico 7 - Entrada líquida de IED como porcentagem do PIB de 1960 a 2019



Fonte: Banco Mundial

Desse modo, em 1980, iniciou-se o processo de experimentos com *joint ventures* direcionadas às áreas costeiras onde se localizavam as ZEEs, em grande parte, realocações de manufaturas outrora alocadas em Hong Kong. Em 2009, a China já acumulava um estoque de IED na ordem dos \$ 473 bilhões, à frente do Brasil, por exemplo, com um estoque de \$ 401 bilhões, da Índia com \$164 bilhões e da Rússia com \$ 253 bilhões.

Para Davies (2010, p. 3)

O IED está concentrado nas regiões costeiras do leste da China, especialmente em Guangdong e Xangai. A atratividade de Guangdong como destino de IED na década de 1980 deveu-se principalmente à sua regulamentação leve, relativo afastamento da capital, Pequim (e, portanto, do controle do governo central), sua proximidade com o maior porto da região, Hong Kong, que estava tentando se livrar de seu setor manufatureiro, e o fato de que continha todas as zonas econômicas especiais (ZEEs) do país, exceto uma, Xangai, com sua forte base industrial e sua localização vantajosa como um importante porto na foz do Yangtze, também atraiu grandes quantidades de IED³⁵. (Tradução Nossa).

³⁵ FDI is concentrated in China's eastern coastal regions, especially in Guangdong and Shanghai. Guangdong's attractiveness as an FDI destination in the 1980s was mainly due to its light regulation, relative remoteness from

As regiões das ZEEs têm asseguradas vantagens fiscais e isenções, reduções de taxas, tarifárias, de barreiras alfandegárias, estabelecendo um sistema de arquivamento online regulador do IED, assim como uma rede de infraestrutura desenvolvida com possibilidades de escoamento da produção e diminuição dos custos de transação; possibilidades de externalidades a partir dos grandes conglomerados e clusters industriais e finalmente uma relativa estabilidade política e confiabilidade no governo Chinês.

Dessa forma, após a abertura aos fluxos de capitais, o país se tornou o emergente que mais recebeu Investimento Estrangeiro Direto no mundo, cerca de 20% de todo o IED direcionado aos países em desenvolvimento no período de 2000 a 2010³⁶. Ao aderir ao acordo da OMC, o país comprometeu-se a liberalizar o seu setor de serviços, o que representou um aumento de investimento estrangeiro direto neste setor. Todavia, mesmo com o aumento na entrada de IED no setor de serviços, as entradas de IED no setor de manufaturas aumentaram em 81% no período de 2000 a 2009.

A entrada maciça de IED na China justificar-se pela confiabilidade na boa performance da China em momentos de crise, com seus pacotes de estímulo direcionados a projetos de infraestrutura, com recuperações rápidas e respostas eficientes do governo (DAVIES, 2010). Não apenas no mercado interno, mas nos mercados do Leste Asiático, a China teve influência no aumento das redes regionais de cadeias produtivas, tornando-se o centro dinâmico do processo, o que levou multinacionais a investirem no país. (BANCO MUNDIAL³⁷). Com uma população ativa de, aproximadamente, 600 milhões de pessoas em 1990, a China fornecia aos novos empreendimentos uma numerosa massa de trabalhadores. No (Apêndice B) é tabelado os valores em Yuan e Dólar Americano dos salários pagos pelo setor de manufatura na china no ano de 2002.

the capital, Beijing (and therefore from central government control), its proximity to the region's largest port, Hong Kong, that was seeking to shed its manufacturing sector, and the fact that it contained all but one of the country's special economic zones (SEZs). Shanghai, with its strong industrial base and its advantageous location as a major port at the mouth of the Yangtze, also drew large amounts of IFDI (Davies, 2010, p.3).

³⁶ World Bank. Foreign Direct Investment – the China story. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/feature/2010/07/16/foreign-direct-investment-china-story>

³⁷ Banco Mundial. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/feature/2010/07/16/foreign-direct-investment-china-story>

Segundo Banister (2005, p. 22) a remuneração dos trabalhadores chineses na manufatura era “cerca de 3 por cento da remuneração média/hora dos trabalhadores da produção industrial nos Estados Unidos e em muitos países desenvolvidos do mundo³⁸” (Tradução nossa).

Ainda de acordo com o referido autor

Igualmente surpreendente, os concorrentes regionais nas economias recentemente industrializadas da Ásia tinham, em média, custos de mão de obra mais de 10 vezes superiores aos dos trabalhadores manufatureiros da China; e o México e o Brasil tiveram custos de mão de obra cerca de 4 vezes maiores que os dos funcionários de manufatura da China³⁹. (Tradução livre)

A tabela 3 apresenta os custos por hora trabalhada na China, no México e no Vietnã no período de 2016 a 2020. É possível analisar que já em 2016, países emergentes como o México e o Vietnã têm uma relação custo por hora trabalhada menor que na China.

Em 2016, o custo da mão de obra no setor de manufatura na China era de, aproximadamente, \$5,00 por hora trabalhada, que representava um valor superior ao pago no México, de, aproximadamente, \$3,80 e no Vietnã, de aproximadamente, \$2,40, países também emergentes e grandes recebedores de IED. (DUFFIN, 2019).

Tabela 3 - Custo por hora trabalhada na manufatura em dólares (\$)

	2016	2017	2018	2019	2020
China	4,99	5,21	5,51	5,78	6,5
México	3,82	4,16	4,45	4,66	4,82
Vietnã	2,38	2,55	2,73	2,91	2,99

Fonte: STATISTA

À vista disso, é possível elencar alguns fatores que põem a China como país atrativo para a entrada de IED, entre eles: baixo custo da mão de obra; baixa regulação e poucos direitos legais aos trabalhadores; grande mercado consumidor e potencial de demanda interna; localização geográfica, proximidade com grandes centros de comércio asiáticos.

³⁸ “About 3 percent of the average hourly compensation of manufacturing production workers in the United States and of many developed countries of the world”³⁸ (BANISTER, 2005, p.22).

³⁹ Equally as striking, regional competitors in the newly industrialized economies of Asia had, on average, labor costs more than 10 times those for China’s manufacturing workers; and Mexico and Brazil had labor costs about 4 times those for China’s manufacturing employees. (BANISTER, 2005, p.22).

Ao entrar no país, Investimento Estrangeiro Direto é altamente regulado e os incentivos que esse investimento receberá do governo Chinês vai depender de setor para setor. Alguns setores, como a aviação, carvão, telecomunicações, defesa, transporte marítimo, petroquímica, energia elétrica e rede pública, são proibidos ao capital estrangeiro. O procedimento de entrada ocorre a partir da apresentação ao governo chinês de um plano de negócios que é submetido à análise, necessitando da aprovação da Comissão Nacional do Desenvolvimento e da Reforma (NDRC) provinciais ou locais. Os setores considerados setores estratégicos pelo governo, como a indústria pesada e a siderurgia são monopolizados pelos conglomerados estatais e fechados ao capital externo.

Nesse sentido, de acordo com Jabbour (2010, p. 232), o governo Chinês publica um catálogo que regula o IED desde 1982

[...] no âmbito da política regional, o Catálogo de 1982 privilegiava IEDs no litoral do país em detrimento de um interior onde as TVEs avançavam sobre os nichos de mercado que o setor estatal da economia não conseguia abranger e também onde os camponeses estavam em acelerado processo de acumulação de riqueza [...]. Em 2000, um encarte especial do catálogo fora publicado no sentido de liberar *joint ventures* à construção de infraestruturas no oeste do país, além de permitir, de forma completa, IEDs no setor de serviços.

O governo Chinês, como forma de organizar o processo de entrada de IED, dividiu as indústrias em três categorias, sendo elas: Encorajado, Restrito e Proibido. Os setores incentivados ao investimento externo são aqueles específicos como o de alta tecnologia, de energias renováveis, reciclagem, produção de equipamentos e materiais e o setor de serviços.

No período inicial, pós reformas de 1979, o IED preencheu o vazio de empreendimentos privados e apenas dois tipos de IED eram permitidos, sendo ambos de *joint ventures*, não havendo a possibilidade de um investimento ser de posse do capital completamente estrangeiro, era necessária a parceria entre capital estrangeiro e local. A produção das IEDs deveria ser voltada para a exportação, não sendo possível o acesso ao mercado interno. Assim, a liberalização das IEDs na China ocorreu progressivamente, bem como as mudanças nas taxas de impostos cobrados e nas categorias com acesso ao mercado interno. (DAVIES, 2010). Para os projetos de categoria *greenfield*, não há a necessidade de aprovação do Ministério de Proteção Ambiental e do Ministério de Recursos Fundiários. Há o desencorajamento, exceto em Hong Kong, dos investimentos especulativos (câmbio, ativos, imóveis) e a tentativa de limitar os IEDs em indústrias altamente poluentes.

Conforme a tabela 4, o estoque de IED na China no ano de 2019 girava ao redor de \$ 1.769.486 milhões. É possível perceber, também, que o número de investimentos *greenfield* cresceu no período de 2017 a 2019, passando de 785 para 835.

Tabela 4 - Dados do fluxo e estoque de IED na China de 2017 a 2019

Investimento Estrangeiro Direto	2017	2018	2019
Fluxo de entrada de IED (milhões \$)	136.315	138.305	141.225
Estoque de IED (Milhões de \$)	1.489.956	1.628.261	1.769.486
Número de investimentos <i>greenfield</i>	765	871	835
Valor do investimento <i>Greenfield</i> (milhões \$)	54.180	111.464	61.999

Fonte: UNCTAD; Santander

A esse respeito, Davies (2010, p. 3) argumenta que

O investimento *greenfield* dominou o IFDI até o final dos anos 1990 por razões de política e praticidade. Antes das reformas no final da década de 1990, a maioria das empresas eram estatais e não estavam disponíveis para aquisição, e não havia provisão regulatória para fusões e aquisições estrangeiras (F&A). Na primeira década do século 21, alvos de aquisição tornaram-se disponíveis à medida que grandes empresas foram desinvestidas pelo estado, o setor privado nacional cresceu e regulamentações que regem as fusões e aquisições estrangeiras foram promulgadas⁴⁰. (Tradução Nossa).

No IED, as *join ventures* cooperativas podem ser de duas formas: a versão pura, em que as partes não estabelecem uma entidade legal separada, absorvendo o risco de lucros e perdas; e a versão híbrida, na qual é criada uma entidade comercial separada de limitado passivo e contribuições de capital. No caso das firmas cuja propriedade é totalmente estrangeira, esta possui sociedade de responsabilidade limitada. As que são limitadas por ações (*Foreign-invested company limited by shares*) representam uma categoria em que um conjunto de

⁴⁰ Greenfield investment dominated IFDI until the late 1990s for reasons of policy and practicality. Before the reforms in the late 1990s, most firms were state-owned and not available for acquisition, and there was no regulatory provision for foreign mergers and acquisitions (M&As). In the first decade of the 21st century, acquisition targets have become available as majores enterprises have been divested by the state, the domestic private sector has grown and regulations governing foreign M&As have been enacted. (Davies, 2010, p. 3).

investidores estrangeiros podem criar, de modo que é a única que pode ser listada em uma das bolsas de valores chinesas. (CHEN, 2018).

Na tabela 5 têm-se, em porcentagem, qual a participação de cada país, e regiões administrativas, no volume de IED entrante na China no período de 1990 a 2008. Hong Kong/Macau é o principal com 45% do IED entrante, sendo, portanto, uma espécie de interface financeira para os capitais externos direcionados à China. O segundo país de origem do maior fluxo de entrada são os EUA, com uma participação de 9% de todo o IED entrante.

Tabela 5 - IED por país na China de 1990 a 2008

País	IED (%)
Hong Kong/Macau	45
EUA	9
Japão	9
Taiwan	7
Singapura	6
Ilhas Virgens	5
Inglaterra	2
Alemanha	2
França	1

Fonte: Jabbour (2010, p. 239)

As *Foreign Invested Enterprise* (FIE), ou seja, as firmas com investimento estrangeiro formam um grupo que abrange as variadas estruturas legais de IEDs de participação do capital estrangeiro. Na China, como exposto anteriormente, a entrada de capital estrangeiro é altamente regulada e, em alguns casos, é até limitado o controle da matriz sobre o seu investimento. A Tabela 6 apresenta um comparativo entre o número de trabalhadores recrutados pelas firmas FIE contra o número de trabalhadores recrutados pelas firmas não FIE, assim como o lucro industrial dos principais negócios FIE e não FIE.

Tabela 6 - Emprego e lucro industrial FIE e não – FIE entre 2000 e 2012

Ano	EMPREGO					RECEITA INDUSTRIAL DOS NEGÓCIOS PRINCIPAIS				
	VALOR TOTAL (MILHÕES DE PESSOAS)	FIE		NÃO - FIE		VALOR TOTAL (MILHÕES DE PESSOAS)	FIE		NÃO - FIE	
		VALOR (MILHÕES DE PESSOAS)	PERCENTUAL DO TOTAL	VALOR (MILHÕES DE PESSOAS)	PERCENTUAL DO TOTAL		VALOR (MILHÕES DE PESSOAS)	PERCENTUAL DO TOTAL	VALOR (MILHÕES DE PESSOAS)	PERCENTUAL DO TOTAL
2000	720,85	6,42	0,89%	714,43	99,11%	8,42	2,25	26,79%	6,16	73,21%
2001	727,97	6,71	0,92%	721,26	99,08%	9,37	2,60	27,76%	6,77	72,24%
2002	732,8	7,58	1,03%	725,23	98,97%	10,95	3,12	28,49%	7,83	71,51%
2003	737,36	8,63	1,17%	728,73	98,83%	14,32	4,36	30,46%	9,96	69,54%
2004	742,64	10,33	1,39%	732,31	98,61%	19,89	6,51	32,73%	13,38	67,27%
2005	746,47	12,45	1,67%	734,02	98,33%	24,85	7,86	31,61%	17,00	68,39%
2006	749,78	14,07	1,88%	735,71	98,12%	31,36	9,89	31,55%	21,47	68,45%
2007	753,21	15,83	2,10%	737,38	97,90%	39,97	12,55	31,40%	27,42	68,60%
2008	755,64	16,22	2,15%	739,49	97,85%	50	14,66	29,32%	35,34	70,68%
2009	758,28	16,99	2,24%	741,29	97,76%	54,25	15,03	27,70%	39,23	72,30%
2010	761,05	18,23	2,40%	742,82	97,60%	69,77	18,87	27,05%	50,90	72,95%
2011	764,2	21,49	2,81%	742,71	97,19%	84,18	21,63	25,69%	62,55	74,31%
2012	767,04	22,15	2,89%	744,89	97,11%	92,93	22,19	23,88%	70,73	76,12%

Fonte: Wolters (2014)

A partir dos dados da referida tabela, é possível observar que a porcentagem de pessoas empregadas nas firmas FIE é muito abaixo da porcentagem de pessoas que as firmas não FIE empregam. Considerando que ao longo da série histórica, período de 2000 a 2012, houve elevação da porcentagem de pessoas empregadas pelas FIEs, ainda assim os dados indicam que as firmas não FIEs empregam acima de 97% da população ativa chinesa. Isso se justifica, provavelmente, pelo número de FIEs ser menor que o de não FIEs.

No que concerne aos lucros industriais dos principais negócios, os relativos às das não FIEs são comparativamente maiores do que as das FIEs, apesar destas serem em menor número e empregar relativamente menos pessoas do que aquelas, elas ainda conseguem, aproximadamente, um terço do valor total gerado ao longo dos anos na série histórica.

A Tabela 7 mostra a taxa que incide sobre as firmas FIEs e as não FIEs no período de 2000 a 2012. De acordo com os dados da referida tabela, as FIEs são os negócios que sofrem menos taxa no país, não chegando a 14% do total pago. No entanto, os dados revelam que as empresas não FIEs contribuem mais para a receita de impostos no comparativo com as FIEs. Essa disparidade pode ocorrer devido aos incentivos fiscais concedidos pelo governo chinês para atrair investimento estrangeiro, de modo que essas empresas se sintam atraídas a investir seu capital no País.

Tabela 7 - Imposto industrial dos principais negócios FIE e não – FIE entre 200 e 2012

Ano	EMPREGO					RECEITA INDUSTRIAL DOS NEGÓCIOS PRINCIPAIS				
	VALOR TOTAL (MILHÕES DE PESSOAS)	FIE		NÃO - FIE		VALOR TOTAL (MILHÕES DE PESSOAS)	FIE		NÃO - FIE	
		VALOR (MILHÕES DE PESSOAS)	PERCENTUAL DO TOTAL	VALOR (MILHÕES DE PESSOAS)	PERCENTUAL DO TOTAL		VALOR (MILHÕES DE PESSOAS)	PERCENTUAL DO TOTAL	VALOR (MILHÕES DE PESSOAS)	PERCENTUAL DO TOTAL
2000	0,14	0,01	9,05%	0,13	90,95%	0,37	0,07	20,05%	0,29	79,95%
2001	0,16	0,01	8,67%	0,14	91,33%	0,4	0,09	21,81%	0,31	78,19%
2002	0,18	0,02	8,62%	0,16	91,38%	0,45	0,10	21,47%	0,35	78,53%
2003	0,2	0,02	10,91%	0,18	89,09%	0,55	0,12	21,67%	0,43	78,33%
2004	0,26	0,03	11,35%	0,23	88,65%	0,69	0,15	21,82%	0,54	78,18%
2005	0,3	0,03	10,91%	0,27	89,09%	0,85	0,18	21,26%	0,67	78,74%
2006	0,37	0,05	12,75%	0,33	87,25%	1,07	0,24	22,06%	0,83	77,94%
2007	0,48	0,07	13,70%	0,41	86,30%	1,37	0,30	22,10%	1,06	77,90%
2008	0,63	0,09	14,10%	0,54	85,90%	1,77	0,39	22,14%	1,38	77,86%
2009	0,9	0,12	12,93%	0,78	87,07%	1,75	0,40	23,06%	1,35	76,94%
2010	1,12	0,15	13,31%	0,97	86,69%	2,25	0,51	22,79	1,74	77,21%
2011	1,27	0,17	13,14%	1,1	86,86%	2,63	0,57	21,58%	2,06	78,42%
2012	1,45	0,19	13,38%	1,25	86,62%	2,96	0,62	20,97%	2,34	79,03%

Fonte: Wolters (2014).

Portanto, dadas as informações fornecidas pelas tabelas 5 e 6, a receita tributária e o número de empregos gerados pelas FIEs são pouco expressivos se comparado ao montante gerado pelas não-FIEs. O IED, para a China, pode representar, em benefícios, mais uma forma de o Investimento Estrangeiro Direto como uma forma de absorção de tecnologia, *know how*, aumento da produtividade das firmas nacionais, competitividade no mercado interno, ferramenta estratégica de *catching up* e para a entrada de cambiais de reservas com foco na administração cambial do Yuan, do que propriamente uma ferramenta macroeconômica de diminuição do desemprego e geração de receitas fiscais⁴¹. Segundo (ARBIX et al., 2018, p.146). “A elevação do patamar produtivo da economia chinesa, propiciada pelo surgimento de novos segmentos, complexos industriais e proliferação de empresas inovadoras, insiste em desafiar análises econômicas as mais diversas”

⁴¹ As evidências sobre spillovers de tecnologia são mais limitadas, mas os setores com maior IED parecem ter aumentos de produtividade maiores do que outros setores, sugerindo um efeito positivo. É importante ressaltar que o investimento estrangeiro catalisou a reforma econômica da China. Juntas, essas contribuições ajudaram a China a manter uma taxa de crescimento recorde de 10 por cento durante a maior parte do período 1980-2010 Banco Mundial. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/news/feature/2010/07/16/foreign-direct-investment-china-story>> Acesso em: 15 Ago. 2020.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma abordagem teórica e analítica do processo histórico de desenvolvimento da economia chinesa na era moderna a partir da análise do planejamento da economia conduzido pelo Estado Chinês através de políticas de proteção estratégica da economia nacional, da estipulação de metas de desenvolvimento produtivo e industrial tecnológico e da posterior abertura econômica aos capitais estrangeiros na forma do investimento estrangeiro direto, numa economia mais livre em termos da entrada de investimentos produtivos privados internacionais, e o incentivo governamental ao investimento privado nacional chinês, que moldaram as estruturas da nova burocracia chinesa implementada a partir das reformas estruturantes promovidas por Deng Xiaoping, possibilitando a absorção de benefícios múltiplos proporcionados pelo IED entrante.

Dessa forma, colocando em perspectiva, as políticas protecionistas e de regulamentação estatal, assim como o programa de abertura gradual da economia chinesa ao capital externo por meio do IED podem representar fases do processo de desenvolvimento da economia chinesa.

Na primeira fase, após a revolução comunista de 1949, as características centrais da economia chinesa se mostraram a partir do planejamento estratégico da economia pelo Estado chinês atrelado às políticas econômicas de proteção do mercado interno, do esforço de crescimento do produto industrial nacional num grande volume de investimento autônomo estatal em capital, e uma economia com pouca participação no comércio internacional, em que o setor externo era praticamente fechado aos fluxos de comércio.

Na segunda fase, após as políticas de reformas estruturais implantadas no período do final da década de 1970 e começo de 1980, processo que ainda continua, analisou-se como ocorreu a harmonização entre o controle estatal da economia pelo governo Chinês e a iniciativa privada, tanto internacional, com a entrada de investimentos diretos, quanto nacional chinesa.

Nesse período, as reformas estruturais de abertura da economia, de forma gradual e seletiva, na transição de uma economia fechada aos fluxos de comércio e ao investimento internacional para uma economia mais aberta e participativa, sem, contudo, abdicar do planejamento do governo central, que ditava as prioridades de investimento a partir de uma regulação estrita, representada tanto pela necessidade da formação de *Joint Ventures* pelos investidores externos, quanto pela adequação do investimento a uma série de pré-requisitos impostos pelo governo da China.

Apesar de todas as restrições, regulação e seletividade, principalmente em relação aos setores que iriam receber o IED, o presente estudo mostrou que o IED entrante gozava, no mercado interno, de benefícios como abundante oferta de mão de obra barata; vantagens fiscais concedidas pelo governo local; localização geográfica da China ao redor de centros dinâmicos da economia global; alto investimento em infraestrutura; e ainda, a capacidade do governo no que concerne a superação das crises, que se mostravam como alguns dos principais fatores pelos quais o volume de fluxo de entrada de IED, principalmente através do seu território administrativo Hong Kong, se intensificava ao longo do processo de abertura da economia chinesa.

Apesar da gradual abertura, tanto o sistema financeiro quanto o câmbio ainda continuam controlados pelo governo, assim como percebe-se a presença na economia de políticas ainda altamente protecionistas, com a instituição de regulamentações de atuação de empresas estrangeiras no mercado interno.

Foi observado, também, por meio de gráficos que os negócios atuantes na economia chinesa, as *Foreign Invested Enterprises* (FIEs) tinham pouca participação - apesar de crescentes ao longo dos anos - no que concerne à contribuição tributária e a absorção de mão de obra interna, e que os negócios que não eram FIEs tinham uma participação expressivamente maior na absorção de mão de obra e no pagamento de tributos.

Dessa forma, foi possível constatar por meio desse estudo bibliográfico e documental que o IED, para a China, pode representar, em benefícios, mais uma forma de absorção de tecnologia e *know how*, aumento da produtividade das firmas nacionais, competitividade no mercado interno e ferramenta estratégica de *catching up* e de entrada de cambiais para reservas, na forma de sustentação da administração cambial.

Além disso, na perspectiva do comércio internacional, da abertura econômica e do desenvolvimento, é possível perceber que o modelo chinês apresenta muito mais similaridades aos modelos e teses desenvolvidos pelos autores do protecionismo estratégico econômico, de doutrina da economia nacional, do desenvolvimento da indústria nascente e da abordagem em relação ao dirigismo estatal, com foco no desenvolvimento da indústria nacional, de *upgrade* e *catching up*, a partir de um processo dinâmico, de sustentação das bases econômicas da economia na indústria, mantendo a proteção de setores considerados estratégicos, da construção e implementação de um sistema interno de Inovações. Nesse processo, com características híbridas, pautadas no controle estatal dirigista sobre a economia que persiste, mesmo após o processo de abertura econômica.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARBIX, Glauco; MIRANDA, Zil; TOLEDO, Demétrio; ZANCUL, Eduardo. **Made in China 2025 e Indústria 4.0: A difícil transição chinesa do catching up à economia puxada pela inovação.** Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 30, n. 3. 2018

ACIOLY, Luciana. **China: uma inserção externa diferenciada.** Economia Política Internacional: Análise Estratégica. n. 7 – out./dez. 2005.

ATSUMI, Shirley Y. K.; VILLELA, Lamounier E.; SÁ BRITO E FREITAS, Jorge A. **Estratégias de Internacionalização de Empresas Brasileiras: O Processo de Investimento Externo Direto.** III Encontro de Estudos em Estratégia. São Paulo/SP – 9 a 11 de maio de 2007

ATSUMI, Shirley Y. K.; VILLELA, Lamounier E.; SÁ BRITO E FREITAS, Jorge A. **Estratégias de Internacionalização de Empresas Brasileiras: O Processo de Investimento Externo Direto** In: GONÇALVES, R. A empresa transnacional. In: Economia industrial: fundamentos teóricos e práticos no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002, p. 389-407.

AVELLAR, Ana Paula; CARVALHO, Luciana. **Esforço Inovativo e Desempenho Exportador: Evidências para Brasil, Índia e China.** Est. Econ., São Paulo, vol. 43, n.3, p. 499-524, jul.-set. 2013

The Global Economy; China, data from Banco mundial. Disponível em: <
<https://data.worldbank.org/indicador/>>. Acesso em: 8 de Agosto de 2020

Banco Central do Brasil. Estatísticas do Setor Externo – Adoção da 6ª Edição do Manual de Balanço de Pagamentos e Posição Internacional de Investimentos (BPM6), 2015. Nota Metodológica nº 3 – Investimentos diretos e renda primária (lucros). Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/notas_metodologicas/balanco_pagamentos/bpm6/nm3bpm6p.pdf

BANCO MUNDIAL data, indicadores. Disponível em: <
<https://data.worldbank.org/indicador/>>. Acesso em: 8 de Agosto de 2020

BANISTER, Judith. Manufacturing earnings and compensation in China. Monthly Labor Review, Ago. 2005

BARBOSA, Mateus Ricardo Silva; DABAT, Christine Yves Rufino. **I plano quinquenal e a ascensão da indústria na china.** Caravana 25 anos da ANPUH Pernambuco, diálogos entre pesquisa e ensino, Dez. 2015. Acesso em: 3 de Agosto de 2020

CARDOSO, Ricardo Lopes; MENDONÇA NETO, Octávio Ribeiro de; RICCIO, Edson Luiz; SAKATA, Marici Cristine Gramacho. Pesquisa científica em contabilidade entre 1990 e 2003. **Revista de Administração de Empresas - RAE**, v.45, no 2, abr/jun. 2005.

CARDOSO, F. H. **As ideias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento**. 2.ed.Petropolis: Vozes, 1993

CASSANO, Francisco Américo. **A Teoria Econômica e o Comércio Internacional**. PESQUISA & DEBATE, SP, volume 13, n. 1(21), p. 112-128, 2002

CHEN, James. Foreign Invested Enterprise (FIE). Investopedia; 2018

CINTRA, Marcos Antonio M.; PINTO, Eduardo C. **China em transformação: transição e estratégias de desenvolvimento**. Revista de Economia Política, vol. 37, nº 2 (147), pp. 381-400, abril-junho/2017

CGTN. **Five-Year Plans map out China's future development, FYP**. 2020
Disponível em: <https://news.cgtn.com/news/2020-05-15/Five-Year-Plans-map-out-China-s-future-development-QvANs2JxVS/index.html> Acesso em: 28 de Julho de 2020

COUTO, M. J. **O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 16, n. 1 (29), p. 45-64, abr. 2007

COUTINHO, E.S.; LANA-PEIXOTO, F DE V.; FILHO, P. Z. R.; AMARAL, H. F. **De Smith a Porter: Um ensaio sobre as teorias de comércio exterior**. Revista de Gestão USP, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 101-113, outubro/dezembro 2005.

CHORN, Sophannak;Siek, DARITH. **The Impact of Foreign Capital Inflow on Economic Growth in Developing Countries**. Journal of Finance and Economics, vol. 5, no. 3, 2017

DUFFIN, Erin. **Manufacturing labor costs per hour: China, Vietnam, Mexico 2016-2020**. Statista. 2019. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/744071/manufacturing-labor-costs-per-hour-china-vietnam-mexico/>. Acesso em: 31 Jul. 2020

DUNNING, J. H. **Towardan eclectictheory of internationalproduction: some empiricaltests**. Journal of International Business Studies, 1980

JESUS, Felipe; UTSAV, Kumar; NORIO, Usui; ARNELYN, Abdon,. **"Why Has China Succeeded-And Why It Will Continue To Do So,"** Economics Working Paper Archive wp_611, Levy Economics Institute, 2010.

FORIGO, Marlus Vinicius. A tese de Francis Fukuyama acerca do fim da história e a ditadura militar brasileira. 22 nov. 2011

FREEMAN, C. **The National System of Innovation in historical perspective**. Revista Brasileira de Inovação, v. 3, n. 1, Jan./June 2004.

GÖRG, H.; KRIEGER-BODEN, C. **Trade protection backfires on FDI**. 09 June 2011. Disponível em: <<https://voxeu.org/article/protectionism-backfires-fdi>>. Acesso em: 25 de Julho de 2020

GRIFFITH-JONES, Stephany; OCAMPO, José Antonio; GALLAGHER, Kevin. **Capital Account Regulations for Stability and Development: A New Approach**. 022 ISSUES IN BRIEF NOV. 2011. Disponível em: <http://www.bu.edu/pardee>

GRIFFITH-JONES, Stephany; OCAMPO, José Antonio; GALLAGHER, Kevin. **Capital Account Regulations for Stability and Development: A New Approach** In: Ostry, Jonathan D., Atish R. Ghosh, Karl Habermeier, Marcos Chamon, Luc Laeven, Mahvash S. Qureshi, and Annamaria Kokenyne (2011). “Managing Capital In flows: What tools to use?” Staff Discussion Paper. Washington, D.C.: International Monetary Fund.

HEILMANN, Sebastian. **From Local Experiments to National Policy: The Origins of China's Distinctive Policy Process**. The China Journal, No. 59 (Jan., 2008), pp. 1-30

HIRANO, Sedi; Estenssoro, Luis. **Padrões de Desenvolvimento e de Oportunidade Social na América Latina e no Leste Asiático**. Cadernos PROLAM/USP (ano5 – vol. 2) p. 105 - 146. Nov. 2006

HITT, Michael. **Administração estratégica : competitividade e globalização** / Michael A. Hitt, R. Duane Ireland, Robert E. Hoskisson ; [tradução All Tasks]. – 2. ed – São Paulo : Cengage Learning, 2011.

HUGHES, J. **American economic history**. Evanston: Harper Collins Publishers, 1990.

HUNT, E.K. **História do pensamento econômico**. [tradução de André Arruda Villela]. – Rio de Janeiro, Elsevier, 2013

JABBOUR, Elias Marco K. **Projeto Nacional, desenvolvimento e socialismo de mercado na China de Hoje**. Universidade de São Paulo [Tese de Doutorado]. São Paulo, 2010.

KRUGMAN, Paul R. OBSTFELD, Maurice. MELITZ, Marc J. **Economia internacional**. [tradução Ana Julia Perrotti-Garcia]. Ed. 10 – São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

KRUGMAN, P. **Industrial organization and international trade**. In: SCHMALENSEE, R.; WILLIG, R. (orgs.), Handbook of Industrial Organization, v.ii, North-Holland: Elsevier Science Publishers, 1989.

LIST, Georg Friedrich. **Sistema nacional de economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. **On the question of free trade**. *Preface by Frederick Engels for the 1888 English edition pamphlet* Discurso na associação democrática de Bruxelas em 9 de Janeiro de 1848. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1888/free-trade/> . Acesso em: 08 de Jul. 2020

MAKKI, S. Impact of Foreign Direct Investment and Trade on Economic Growth, The World Bank. 2004

MCDONALD, Brad. *International Trade: Commerce among Nations*. Internacional Monetary Found (IMF). Novembro de 2017. Disponível em :<https://www.elibrary.imf.org/view/IMF073/24615-9781484320921/24615-9781484320921/ch19.xml?language=en&redirect=true>. Acesso em: 08 de Julho de 2020

MOREIRA, Maurício M. **O desafio chinês e a indústria na américa latina**. NOVOS ESTUDOS n 21 o 72 JULHO 2005

NASCIMENTO, B. H. **Desenvolvimento e dependência no sistema nacional de economia política de Frederico List**. Percursos, Florianópolis, v. 5, n. 2, 2004. Disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1435>>. Acesso em: 09 de Julho de 2020.

NATIONAL BUREAU OF STATISTIC OF CHINA, yearlydata statistical data. Disponível em: <http://www.stats.gov.cn/english/statisticaldata/yearlydata/YB1999e/e18e.htm>

National Bureau of Statistics of China. **Comunicado sobre o quarto censo econômico Nacional**. 2020. Disponível em: <<http://www.stats.gov.cn/was5/web/search?channelid=250710&andsen=Comunicu%C3%A9+on+the+Fourth+National+Economic+Census&x=9&y=11>> Acesso em: 20 de Julho de 2020

National Bureau of Statistics of China; Yearbook 2017. Acesso em: 01 de Agosto de 2020

National Bureau of Statistics of China; Yearbook, 1999. Disponível em: <<http://www.stats.gov.cn/english/statisticaldata/yearlydata/YB1999e/e18e.htm>>. Acesso em: 01 de Ago. De 2020

OCAMPO, José A. **The case for and experience with capital account regulations**. Section 5 of the 14 WIDER Lecture given by the author on “Reforming the International Monetary System”.

OECD report. **Foreign Direct Investment fo Development, Maximising Benefits, Minimizin Costs** Overview, 2002

OLIVEIRA, Flávio dos Santos. **Bases do Nacionalismo Econômico em Friedrich List**. Análise Econômica, Porto Alegre, ano 35, n. especial, p. 185-207, jul. 2017

OREIRO, José Luís. **Autonomia de Política Econômica, Fragilidade Externa e Equilíbrio do Balanço de Pagamentos**. A Teoria Econômica dos Controles de Capitais. Julho de 2004 Disponível em: <<http://joseluisoreiro.com.br/site/link/6e51048a29ab976542277db9b3f421b64389052d.pdf>> Acesso em: 24 de Julho de 2020

PADULA, RAPHAEL; FIORI, JOSÉ LUÍS. **Geopolítica e Desenvolvimento em Petty, Hamilton e List**. Revista de Economia Política, vol. 39, nº 2 (155), pp. 236-252, abril-junho de 2019

PARIS, Wanderson S. **A Globalização vista por diversos ângulos**. Resenha de: BAUMANN, Renato – **A globalização sob diversas óticas**. – Capítulo 3 – Uma visão econômica da globalização – Rio de Janeiro – Editora Campus – 1996. Disponível em: <http://www.cronosquality.com>. Acesso em: 20 de Julho de 2020

PASSOS, Delaíde S. SILVA, Vinicius F. **A Internacionalização da Produção no Capitalismo Contemporâneo: um balanço sobre a estratégia das maquilas no México**. XI Congresso Brasileiro de História Econômica e 12º Conferência Internacional de História de Empresas. 2015. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_delaide_passos_vinicius_figueiredo_silva_a-internacionalizacao-da-producao-no-capitalismo-contemporaneo-um-balanco-sobre-a-estrategia-das-maquilas-no-mexico.pdf> Acesso em: 20/07/2020

PESSOA, Eneuton; MARTINS, Marcilene. **Revisitando a teoria do ciclo do produto**. R. Econ. contemp., Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 307-329, maio/ago. 2007

PINHEIRO, Castelar A. **Estratégia de desenvolvimento: América Latina vs Leste Asiático**. Texto para discussão interna nº 128. IPEA/INPES. Dez. de 1987

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. Editora Campus. 2ª Ed. – Rio de Janeiro: Compus, 2000

PORTER, Michael E. **Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência da concorrência**/ 1947 Michael E. Porter; tradução de Elizabeth Maria de Pinho Braga. – 2.ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2004 – 12ª Reimpressão.

PRAÇA, F. S. G. **Metodologia da pesquisa científica: organização estrutural e os desafios para redigir o trabalho de conclusão** 08, no 1, p. 72-87, JAN-JUL, 2015. Revista Eletrônica “Diálogos Acadêmicos” In: CERVO Amado Luiz; BERVIAN Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. Coleção Economia Política. Ed. 1, LeBooks, SP, texto de 1817.

RODRIK, D. **What’s so special about china’s exports?**. NATIONAL BUREAU OF ECONOMIC RESEARCH. Working Paper 11947. Jan. 2006

ROMER, D. **Openess and Inflation: Theory and Evidence**. Quartely Journal of Economics, n.108, p.869-903, 1993

SILVA, Guilherme J. C;RESENDE, Marco F. C. **Eficácia dos Controles de Capitais no Brasil: Uma Abordagem Teórica e Empírica Alternativa**. Est. econ., São Paulo, v. 40, n. 3, p. 617-649, JULHO-SETEMBRO 2010

SILVA, Guilherme J. C.; RESENDE, Marco F. C. **Eficácia dos Controles de Capitais no Brasil: Uma Abordagem Teórica e Empírica Alternativa** In: FRENCH-DAVIS, R.; VILLAR, L. **Capital account regulations in Chile and Colombia. Santiago de Chile: ECLAC, 2003.**

SINGER, Paul . **Apresentação in Ricardo - Princípios de Economia Política e Tributação.** São Paulo: Editora Abril, 1982. p. 18-23.

STATISTA. Manufacturing labor costs per hour: China, Vietnam, Mexico 2016-2020. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/744071/manufacturing-labor-costs-per-hour-china-vietnam-mexico/>

SUKUP, Viktor. **A China frente à globalização: desafios e oportunidades.** Rev. Bras. Polít. Int. 45 (2): 82-113 [2002]

TAVARES, Maria da C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro.** Ensaios sobre a economia brasileira; ZAHAR EDITORES. 9º Ed. Rio de Janeiro. 1981

The Customs Clearance Handbook (2016). China - Import Tariffs. Disponível em: <<https://www.privacyshield.gov/article?id=China-Import-Tariffs>>. Acesso em: 29 de Julho de 2020

The World Bank Data Manual. **What is the difference between Foreign Direct Investment (FDI) net inflows and net outflows?**, 2020. Disponível em: <https://datahelpdesk.worldbank.org/knowledgebase/articles/114954-what-is-the-difference-between-foreign-direct-inve>. Acesso em: 25 de Julho de 2020

UNCTAD data. Santander, China: investimento estrangeiro. Disponível em: <<https://santandertrade.com/pt/portal/internacionalize-se/china/fluxos-de-ied-2>>. Acesso em: 31 de Jul. 2020

UNCTAD/ERASMUS database (based on data obtained from the companies themselves as well as secondary sources). UNCTAD, World Investment Report 2003. Industry classification for companies follows the United States Standard Industrial Classification as used by the United States Securities and Exchange Commission. - 2004

VERNON, R. **International investment and international trade in the product cycle.** THE QUARTERLY JOURNAL OF ECONOMICS. 1966

VOGEL, Ezra F. **Deng Xiaoping and the transformation of China.** Cambridge, Mass. e Londres: The Belknap Press of Harvard University Press, 2011, 876 p.

WOLTERS, Dirk. **Foreign direct investment and economic growth in China,** Master Thesis. Tilburg University. 2014

WOLFFENBÜTTEL, Andréa. **Investimento estrangeiro direto.** Desafios do desenvolvimento. IPEA. Ano 3. Edição 22 - 5/5/2006 Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2103:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 25 de Julho de 2020

7 APÊNDICES

APÊNDICE A - LISTA DOS PLANOS QUINQUENAIS NA CHINA

SISTEMA DE PLANOS QUINQUENAIS DA CHINA		
Nº	PERÍODO	PRINCIPAIS METAS
1	1953 - 1957	Mudar a base produtiva de país de agrícola para industrial avançada, com foco no desenvolvimento da indústria pesada
2	1958 - 1963	Desenvolver a agricultura e a indústria de base - indústria pesada
3	1966 - 1970	Desenvolver a agricultura e fortalecer as indústrias básicas
4	1971 - 1975	Aumentar a produção agrícola, industrial e o investimento em infraestrutura
5	1976 - 1980	Construir um sistema industrial independente e relativamente completo
6	1981 - 1985	Fazer ajustes e soluções para os erros dos planos anteriores
7	1986 - 1990	Planejar base para o novo sistema econômico socialista com característica chinesas
8	1991 - 1995	Priorizar a reestruturação industrial e promover ainda mais o desenvolvimento da tecnologia, educação e do comércio exterior.
9	1996 - 2000	Estabelecer uma economia socialista de mercado e a melhoria da estrutura industrial
10	2001 - 2005	Construir um sistema de previdência social relativamente completo e fazer progressos significativos no estabelecimento de um sistema empresarial moderno em empresas estatais.
11	2006 - 2010	Otimizar e atualizar a estrutura industrial e melhorar a utilização de recursos.
12	2011 - 2015	Aumentar as contribuições em educação, ciência e tecnologia e estabelecer meta para a proteção ambiental.
13	2016 - 2020	Utilizar a inovação para impulsionar o desenvolvimento.

Fonte: CGTN (2020). Elaborado pela autora

APÊNDICE B – COMPENSAÇÃO TRABALHISTA ESTIMADA POR FUNCIONÁRIOS DE MANUFATURA NA CHINA

Compensação trabalhista estimada de funcionários de manufatura na China(2002)

Categoria de trabalhadores de manufatura	Número médio de funcionários (milhões)	Lucro médio por funcionário (yuan)	Remuneração anual por funcionário		Remuneração mensal por funcionário		Remuneração por hora por funcionário	
			YUAN	US Dolar	YUAN	US Dolar	YUAN	US Dolar
Total para unidades fabris urbanas e TVE's ¹	100.61	8.186	10.363	\$1.252	864	\$104	4.73	\$0.57
Fabricação de unidades urbanas	29.98	11.152	17.152	2.071	1.429	173	7.87	.95
Equipe e trabalhadores de manufatura urbana no posto	29.26	11.001	16.920	2.043	1.410	170	7.76	.94
Outros empregos na indústria urbana	.72	17.237	26.511	3.202	2.209	267	12.17	1.49
Fabricação de TVE's	70.62	6.927	7.481	904	623	75	3.40	.41
Fabricação de TVE em grande escala	18.98	8.899	9.611	1.161	801	97	4.37	.53
OBS: TVEs são empresas de cidades e vilas	NOTAS: A remuneração total do trabalho para os trabalhadores urbanos é 1,538 vezes os rendimentos e para os trabalhadores da TVE é 1,08 vezes os rendimentos. Os dólares americanos são calculados com base na taxa de câmbio comercial vigente em 2002: 8,28 yuan = US \$ 1. A remuneração horária é calculada partindo do pressuposto de que os funcionários da manufatura urbana realizam 2.179 horas reais de trabalho por ano e							

Fonte: (BANISTER, 2005) – Adaptado pela autora